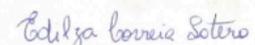


ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às 19 horas, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, foi realizada, na sala 09 da Faculdade de Educação, a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da(o) graduanda(o) Gabriel Lopes Lima perante a Banca Avaliadora composta pelas(os) professoras(as): Edilza Correia Sotero, Marta Licia Teles Brito de Jesus e por mim, Anderson Fontes Passos Guimarães, professor(a)-orientador(a) do Trabalho de Conclusão do Curso intitulado: Quem cabe na educação? Um debate na encruzilhada entre dissidências de gênero e trajetórias escolares

Após a apresentação a Banca Avaliadora divulgou os seus pareceres avaliando o referido trabalho monográfico, concluindo que o mesmo foi aprovado (aprovado/reprovado) com média dez (colocar por extenso). E nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e eu lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos seguintes interessadas/os: orientador(a), orientanda(o) e professoras(es) avaliadoras(es).

Salvador, 04 de dezembro de 2023.

  
Neste espaço deverão ser inseridas as assinaturas de: orientador(a), orientanda(o) e Professoras(es) avaliadoras(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

GABRIEL LOPES LIMA

**QUEM CABE NA EDUCAÇÃO? UM DEBATE NA
ENCRUZILHADA ENTRE DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E
TRAJETÓRIAS ESCOLARES**

Salvador
2023

GABRIEL LOPES LIMA

**QUEM CABE NA EDUCAÇÃO? UM DEBATE NA
ENCRUZILHADA ENTRE DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E
TRAJETÓRIAS ESCOLARES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação, da Universidade Federal
da Bahia, como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Fontes Passos
Guimarães

Salvador
2023

GABRIEL LOPES LIMA

QUEM CABE NA EDUCAÇÃO? UM DEBATE NA ENCRUZILHADA ENTRE DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Salvador, ____ de _____ de 2023.

Banca examinadora

Anderson Fontes Passos Guimarães – Orientador
Doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia

Marta Licia Teles Brito de Jesus
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia

Edilza Correia Sotero
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo

AGRADECIMENTOS

Esse é um momento que por muitas vezes achei que não fosse chegar, agradecer pelo final de um círculo. Fazer encerramentos nunca é fácil, pois também marcam o começo de novos. Nessa jornada de terminar círculos tenho muitas

peessoas para agradecer.

À minha mãe, que sempre foi minha maior apoiadora e a qual sempre esteve na torcida por todas as minhas vitórias e conquistas.

À minha avó, que é a maior apoiadora das minhas artes e por toda minha vida, sempre topou todas as minhas “invenções”.

Ao meu companheiro Gabriel que por muitas vezes precisou segurar minha mão para me acalmar e dizer que tudo vai ficar bem.

Ao meu orientador Anderson que encontrei no final da graduação, mas que já significa muito para mim e minha jornada acadêmica.

Aos meus professores que tive durante a minha trajetória formativa, aos que inspiram minha prática, meu muito obrigado e também aos que me indicam caminhos e formas de como não ser.

A todos os amigos e família que acreditaram em mim, que me deram apoio, o meu muito obrigada!

LIMA, Gabriel Lopes. **Quem cabe na educação? Um debate na encruzilhada entre dissidências de gênero e trajetórias escolares.** 2023. 61 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2023.

RESUMO

Esse trabalho compreende uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, que busca aprofundar a compreensão das experiências de pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) na educação formal. A escolha pela abordagem qualitativa considera a sala de aula como um espaço de possibilidades e transformação, destacando a importância de uma educação crítica. Objetivando, não apenas, confirmar a existência da transfobia no percurso educacional das pessoas trans, mas sim aprofundar a compreensão dos processos psico-sociais em suas trajetórias escolares, bem como, debater aspectos sócio-culturais do acesso e permanência de pessoas trans na educação formal e problematizar estratégias de permanência para pessoas Trans na educação formal. Para alcançar esses objetivos, foram realizados levantamentos bibliográficos em bases de dados do SciELO, abrangendo o período de 2015 a 2020, entendendo esse período como momento histórico de ascensão de uma agenda anti-gênero no Brasil. Esses artigos foram separados em três categorias de análise: "Escola como produtora de Gênero", "Pedagogias Emancipatórias de Gênero e Sexualidade" e "Estratégias para Permanência de Dissidentes". Adoto ainda a escrita feminista em primeira pessoa, pois reconheço a importância da subjetividade na construção do conhecimento. Essa escolha também reflete minha identidade como pesquisador, um corpo dissidente, preto, não-binário e periférico, é a reafirmação da transgressão queer à norma, ao me colocar como sujeito ativo, que reivindica voz e perspectiva em um contexto em que as vozes dissidentes muitas vezes são silenciadas. Meu estudo revelou por sua vez a importância de repensar os currículos e as estratégias pedagógicas para que a diversidade não seja apenas

nomeada, classificada, mas sim problematizada.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Corpo; Currículo.

LIMA, Gabriel Lopes. **¿Quién cabe en la educación? Un debate en la encrucijada entre disidencias de género y trayectorias escolares**" 2023. 61 f. Monografía (Licenciatura en Pedagogía) - Facultad de Educación, Universidad Federal de Bahia, 2023.

RESUMEN

Este trabajo comprende una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo que busca profundizar en la comprensión de las experiencias de personas trans (transexuales, transgénero y travestis) en la educación formal. La elección de este enfoque considera el aula como un espacio de posibilidades y transformación, resaltando la importancia de una educación crítica. El objetivo no es solo confirmar la existencia de la transfobia en el recorrido educativo de las personas trans, sino también profundizar en los procesos psicosociales en sus trayectorias escolares, así como debatir los aspectos socioculturales del acceso y permanencia de las personas trans en la educación formal y cuestionar estrategias de permanencia para personas trans en este ámbito. Para lograr estos objetivos, se llevaron a cabo búsquedas bibliográficas en bases de datos de SciELO, abarcando el período de 2015 a 2020, entendiendo este período como un momento histórico de ascenso de una agenda anti-género en Brasil. Estos artículos fueron separados en tres categorías de análisis: "Escuela como productora de Género", "Pedagogías Emancipatorias de Género y Sexualidad" y "Estrategias para la Permanencia de Disidentes". Adopto la escritura feminista en primera persona, reconociendo la importancia de la subjetividad en la construcción del conocimiento. Esta elección también refleja mi identidad como investigador, un cuerpo disidente, negro, no binario y periférico; es una reafirmación de la transgresión queer a la norma, al colocarme como sujeto activo que reclama voz y perspectiva en un contexto donde las voces disidentes a menudo son silenciadas. Mi estudio reveló, a su vez, la importancia de repensar los currículos y las estrategias pedagógicas para que la diversidad no solo sea nombrada o clasificada, sino cuestionada.

Palabras clave: Género; Educación; Cuerpo; Currículo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados iniciais da inserção das 3 palavras “Gênero, Sexualidade e Educação”, no buscador no índice de ‘Resumo’ no SciELO..... 27

Tabela 2 – Articulação entre os 23 artigos nos 3 eixos 35

Ilustração 1 –Filtros epistemológicos aplicados, resultados preliminares da investigação.....	33
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
METODOLOGIA.....	10
1. A ESCOLA COMO UM CAMPO POLÍTICO PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO.....	15
1.1 PEDAGOGIAS EMANCIPATÓRIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE, ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DE DISSIDENTES.....	21
1.2 QUEM COUBE NA EDUCAÇÃO ATÉ AQUI? BREVE HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL.....	24
2. NA PLATAFORMA SCIELO.....	26
2.1 LEITURA INTEGRAL E ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTIGOS.....	36
2.2 ARTICULAÇÃO TEÓRICA ENTRE OS ARTIGOS QUE NÃO ABORDAM A TEMÁTICA.	45
3. POR UM CURRÍCULO QUE ASSUME A PRÁXIS QUEER	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

A questão de gênero e sua interseção com a educação são tópicos fundamentais para a compreensão da dinâmica educacional em sociedades contemporâneas. As identidades de gênero, tradicionalmente compreendidas em um sistema binário, têm sido objeto de discussões complexas e desafiadoras que exigem uma análise crítica. Nesse contexto, a experiência de pessoas transgênero (transexuais, transgêneros e travestis) na educação formal emerge como um tópico de grande relevância.

A trajetória educacional de pessoas trans tem sido marcada por desafios significativos, incluindo o estigma, a discriminação e a falta de reconhecimento de

suas identidades de gênero. Essas experiências contribuem para a construção e formulação do gênero, destacando os aspectos socioculturais que impactam o acesso e a permanência dessas pessoas na educação formal. Além disso, a educação é vista como uma instituição que desempenha um papel central na produção de normas de gênero e na percepção das identidades de gênero.

Minha pesquisa busca aprofundar nossa compreensão das complexas relações entre gênero, educação e a experiência de pessoas trans na educação formal. Tendo como ponto de partida a abordagem qualitativa, esta investigação adota um olhar crítico e interdisciplinar para analisar como as instituições educacionais moldam as percepções de gênero e como essas percepções, por sua vez, impactam o acesso e a permanência de pessoas trans na educação. Se concentrando nos anos de 2015 - 2020, pois, identifico que nesse período de tempo, as ideias sobre gênero e sexualidade estavam sendo fortemente debatidas no Brasil.

A pesquisa é fundamentada na ideia de que as identidades de gênero não são naturais, mas construídas social e culturalmente. Esse pressuposto é alinhado com a perspectiva pós-estruturalista, que desafia a visão tradicional de que o gênero está intrinsicamente ligado ao sexo biológico. Portanto, a pesquisa busca explorar como a construção social e cultural do gênero se reflete e é perpetuada no sistema educacional. Além disso, minha pesquisa também reconhece a importância da subjetividade na produção de conhecimento. A perspectiva da práxis QUEER na educação e a subjetividade do pesquisador e a perspectiva em primeira pessoa são valorizadas como parte integrante do processo de investigação, especialmente

10

quando se trata de um tema tão pessoal e politicamente carregado como as identidades de gênero.

Adiante, a minha pesquisa tem como objetivo contribuir para um diálogo mais amplo sobre como tornar a educação um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos, independentemente de sua identidade de gênero, possam não apenas "cabem", mas também prosperar. O estudo busca, não apenas, documentar a existência da transfobia no sistema educacional, mas também oferecer insights que podem informar a criação de abordagens pedagógicas mais inclusivas e críticas. A compreensão das relações de gênero no contexto escolar é essencial para a promoção de uma educação mais igualitária e a não exclusão de diferentes grupos. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo lançar luz sobre essa complexa

interseção e promover novas reflexões e ações no campo da educação.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa envolve uma revisão bibliográfica abrangente e uma análise qualitativa da literatura existente sobre o tema, com um enfoque nas experiências e perspectivas de pessoas trans na educação formal. As categorias de pesquisa utilizadas, nomeadamente "Escola como produtora de Gênero", "Pedagogias Emancipatórias de Gênero e Sexualidade," e "Estratégias para Permanência de Dissidentes", servem como guias que direcionam nosso levantamento e análise dos artigos. A escolha da plataforma SCIELO como fonte de pesquisa foi motivada pela sua importância como um dos maiores portais de publicação científica da América Latina.

Essa pesquisa segue a abordagem qualitativa, uma vez que uma pesquisa educacional, de revisão bibliográfica voltada a pensar e fazer levantamentos teóricos sobre corpos trans na educação, vai levar em consideração "(...) significados, motivos, aspirações, crenças e valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a realização de variáveis." (Minayo, 2001 p, 22).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa nos permite realizar contribuições valiosas para a pesquisa social em educação como o aspecto da subjetividade e criatividade. Assim, compreendendo a importância do ambiente social, histórico e cultural no qual a pesquisa está inserida e conseqüentemente, suas implicações

11

éticas, contextualizadas e interdisciplinares para uma construção coletiva e crítica de conhecimento (Minayo, 2001; Gondim, 2003).

Para elaborar o debate contemporâneo sobre Gênero, Educação e Sexualidade, na perspectiva qualitativa, lanço mão de uma revisão bibliográfica das publicações correntes dentro dessa área do conhecimento, presentes na plataforma SCIELO¹, seguindo a revisão nas definições de Severino (2007). Tendo como meta o levantamento e investigação científica de obras já publicadas na plataforma, sobre essa encruzilhada teórica e as noções de gênero construídas a partir das instituições educacionais, tendo como ponto de partida os estudos culturais em educação. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "[...] é desenvolvida com base em material

já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A análise da bibliografia, nas palavras de Severino (2017), é:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Ao fazer a análise qualitativa da bibliografia produzida, com o foco em fazer levantamentos sobre as experiências e perspectivas de pessoas travesti-generis na educação formal, é fundamental dizer também que, concordo com hooks (2017), que posiciona a sala de aula, como ambiente de possibilidades, como espaço privilegiado de “trabalhar pela liberdade” (p. 273) e de se educar para a criticidade. As experiências desses indivíduos na educação formal e na sala de aula são únicas, pois traduzem o lugar, e a definição, do gênero na sociedade. Dito isso, levantar questões pertinentes à presença de pessoas trans em espaços educacionais formais, que servem como base para novas propostas pedagógicas, críticas e com outros referenciais teóricos que não apenas cis-normativos.²

Para tal, foi feita revisão bibliográfica de produções sobre o tema nas bases de dados do SciELO e análise das temáticas dos artigos. Foram selecionados da área temática Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, classificados em 3 categorias: Escola como produtora de Gênero; Pedagogias

¹ Scientific Electronic Library On-line (SciELO) é uma base de dados de referências para artigos publicados em mais de 1.000 periódicos de acesso aberto publicados em diversos países, como Brasil, Argentina e África do Sul, sendo esses majoritariamente na América Latina.

² O conceito de Cis-Normatividade é empregado pelas transfeministas para definir a postura coercitiva e central que a identidade heterossexuais tem em sociedade, onde as normas e as expectativas giram em torno de comportamentos heterossexuais.

Emancipatórias de Gênero e Sexualidade; Estratégias para Permanência de Dissidentes e que tivessem sido publicados entre 2015 e 2020, elegendo 3 palavras para o buscador no índice de resumo SciELO “Gênero, Sexualidade e Educação” e que estejam escritos em português.

As 3 categorias supracitadas surgem como hipóteses norteadoras destes levantamentos, por serem alinhadas com os objetivos da pesquisa de entender quais as produções do arcabouço teórico das relações de gênero vêm sendo interpretado dentro da educação, bem como, quais sujeitos marcados pelo gênero estão (ou não) incluídos nessa construção. O locus, a plataforma SCIELO, foi escolhida por ser o

maior portal de publicação científica da América Latina e que conta com o apoio institucional de importantes instituições de fomento à pesquisa no país, CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A escolha desses artigos ocorre também, por meio de critérios de inclusão específicos, considerando-se a diversidade de experiências e trajetórias dos autores, formação, raça/etnia, entre outros aspectos psicossociais relevantes para a pesquisa, como por exemplo a autoafirmação enquanto pessoa pertencente à comunidade LGBTQIAP+ e a presença normal das palavras travesti ou transexual no texto.

Embora use um dado numérico, a “quantidade” de artigos publicados no período de 5 anos, insisto na reafirmação do caráter qualitativo da pesquisa uma vez que estou pensando pressupostos históricos, culturais, políticos e sociais a partir de uma análise de dados, onde a ausência epistemológica - seja como sujeito pesquisador ou como sujeito pesquisado - é também um dado.

Outro importante marco teórico-metodológico são os dados produzidos para o eBook *“Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro”* (2021) e organizado por Thamirys Nunes, como possibilidade que não objetive estratificar a experiência, mas que faça uma análise possível dos dados encontrados de crianças e adolescentes trans na educação formal. Que vai investigar a vivência e propor políticas públicas de inclusão para esse público.

Epistemologicamente, a pesquisa em educação tem como pressuposto o pensamento e debate sobre a vivência educacional. Ao elencar 3 palavras para o buscador SciELO “Gênero, Sexualidade e Educação” estou buscando entender como as pesquisas elencadas nesse sistema apontam, deflagram e definem a

13

perspectiva de gênero que está sendo produzida no Brasil. Para pensar a pesquisa em educação como processo relativo a pessoas e estritamente qualitativo, faço uso do pensamento de Gatti (2007, p. 12)

Porque pesquisar em educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmo, em seu próprio processo de vida. O conhecimento a ser gerado aqui, raramente - e bem ortodoxamente poderíamos afirmar nunca - pode ser obtido por uma pesquisa estritamente experimental onde todos os fatores da situação podem ser controlados.

Explorar as múltiplas relações entre os corpos trans na educação formal vai

dialogar teórico-metodologicamente com dois grandes arcabouços teóricos que estabelecem múltiplos diálogos entre si, lançando mão do aprofundamento teórico sobre os **Estudos das Relações de Gênero e Estudos do Corpo**, a luz da formatação teórica esquematizada por Furlani (2022), que os define respectivamente como “campo disciplinar e instituidor de uma nova visão de mundo que expande a noção de ser humano limitado pelo olhar teológico cristão” (p. 349), e **Estudos de Corpo**, como práticas teórico-metodológicas que “reconhecem o ser humano como sujeito múltiplo de identidades culturais (sexo, gênero, orientação sexual, raça-etnia, religião, condição física, nacionalidade, classe social, geração etc) [...] devendo ser respeitada” (p.354).

A articulação desses arcabouços teóricos vai endereçar o próximo capítulo no qual vou debater a categoria “Escola como produtora de Gênero” e assim sucessivamente com cada categoria elencada. Assumindo ainda, uma das marcas dos Estudos Feminista, a escrita em primeira pessoa, que já era advertido por bell hooks (2017) como produtor de consciência reflexiva, autenticidade e criticidade na pedagogia.

Incluir esse tipo de escrita acadêmica como parte da filosofia de ensino, busca valorizar conexões humanas, reflexões críticas e transformação social, teórica e política. Por tanto, reivindico a importância da subjetividade em abordagens teóricas e políticas, me reafirmando enquanto corpo dissidente, preto, não-binário e que produz conhecimento.

É a reafirmação da transgressão à norma, ao me colocar como sujeito ativo, que reivindica voz e perspectiva em um contexto em que as vozes dissidentes muitas vezes são silenciadas e marginalizadas. Desafiando - ou ainda, transgredindo como prática de liberdade - a objetividade tradicionalmente associada à academia, sobre a qual argumento que a subjetividade é uma parte essencial do

14

conhecimento. Ao pensar esse debate no âmbito acadêmico brasileiro, Louro, em seu livro *Gênero, Sexualidade e Educação* (1997) vai dizer sobre formulações políticas feministas de escrita em primeira pessoa:

[...] uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de

lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinham (e tem) pretensões de mudança (Louro, 1997, p. 19).

Adoto como norteador de processos as referências às feministas pós-estruturalistas, tendo como fonte principal Berenice Bento (2017) e Guacira Lopes Louro (1997), que deslocam o debate do corpo do natural para o cultural o despindo de pressupostos naturais intrínsecos. essa perspectiva, podemos entender que para essas feministas o gênero é culturalmente construído, segundo Dagmar Estermann Meyer (2013), vai pontuar o conceito de gênero, na perspectiva pós-estruturalista:

[...] pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatomico que olhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram sociale culturalmente construídas e não biologicamente determinadas. [...] passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. (p. 11-18. Grifos da autora)

Dito isso, é importante explicitar que, epistemologicamente, minha preocupação é entender como essas vivências de pessoas Trans (transexuais, transgêneros e travestis) influenciam suas trajetórias educacionais. Não se trata apenas de afirmar a existência da transfobia no percurso educacional de pessoas trans, pois esse já é um dado esperado. O objetivo é perceber os processos que contribuem para a construção e formulação do gênero, identificando aspectos socioculturais que impactam o acesso e a permanência de pessoas trans na educação formal.

O objetivo com a revisão de literatura é proporcionar subsídios para pesquisas futuras sobre o tema, não intencionando suscitar por completo os debates

15

acerca do tema, mas sim levantar mais um ponto de reflexão e análise teórico-prática. O levantamento bibliográfico visa identificar processos subjacentes que vão construir e formular o gênero, destacando os aspectos socioculturais de sua constituição, e que vão afetar o acesso e a permanência dessas pessoas na educação formal.

Buscamos ir além das estatísticas e números, almejando uma compreensão aprofundada das experiências individuais e coletivas de pessoas trans na educação formal. Refletir sobre conceitos profundamente enraizados na subjetividade das identidades de gênero tem implicações políticas e sociais significativas. Isso exige uma metodologia cuidadosamente elaborada para analisar adequadamente a integração dessas pessoas na sociedade. A nossa pesquisa visa contribuir para o entendimento desses processos complexos e oferecer insights valiosos que podem informar a criação de abordagens pedagógicas mais inclusivas e críticas.

1. A ESCOLA COMO UM CAMPO POLÍTICO PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, ao afirmar que “Toda prática educativa implica uma concepção dos seres humanos e do mundo” em sua obra *Ação cultural para a Liberdade e outros escritos* de 1975, vai deixar explícito o entrelaçamento da educação com parte na construção das cidadanias. Ao pensar essa ponte, que liga a construção das subjetividades dos sujeitos, à prática educativa, podemos afirmar o lugar central da educação nas sociedades ocidentais. A escola - como representante da educação - é, por sua vez, marcada por relações de poder, relações essas que vão normatizar ou patologizar os indivíduos em muitas instâncias. Seguindo conceitos construídos social e historicamente, a escola é a instituição responsável, não apenas por disseminar relações de poder, mas também como fonte de reprodução e legitimação. Em sua obra “Gênero, sexualidade e educação” de 1997, Guacira Lopes Louro vai dizer que os sujeitos são **fabricados** socialmente, e que essas fábricas estão presentes em diferentes partes da sociedade, incluindo a escola. Para a autora, tudo na escola reforça a padronização do gênero, de seu material didático, as normas, currículos, livros, textos, teorias e linguagem.

Essa fabricação vai criar a **diferença binária**, entre normal e anormal, identidade centro e excêntrica. Isso, vai criando a ideia de margem, de afastamentos e do “diferentes”. A ideia do diferente, reside no fato da existência de um lugar da

identidade normal, que é cis, contrária a trans, e normativa, pois vai indicar uma norma a ser seguida - cis-normativa. Como Louro (1997) explana, aquilo que se desvia da identidade que é tipicamente masculina, branca, cisgênera e heterossexual é considerado 'excêntrico' e é visto como fora dos limites da cultura

normativa e de referência. Isso implica automaticamente estar alheio - ser colocado à margem - da construção de narrativas em várias esferas, como histórica, matemática, literária, artística, econômica e educacional.

Esse deslocamento para as margens, essa ausência do centro, rotula os corpos como 'diversos', que os inscreve na cultura em oposição das práticas culturais normativas, que os relegam às margens e provocam sofrimento em suas jornadas na educação formal. O debate sobre a **produção do normal** e como a partir dele as outras identidades são classificadas e como a educação faz parte desse processo dá suporte a primeira categoria **“Escola como produtora de Gênero”**.

Tendo em vista as análises com pressupostos teóricos feministas, é fundamental reconhecer que a ideia fundante aqui é problematizar a posição de centralidade de identidades legitimadas como sólidas e permanentes, assumindo que o “o corpo nunca está pronto” (Bento. 2017, p.41) e se o corpo é metáfora para a identidade “Ser um/a homem/ mulher implica um trabalho permanente, uma vez que não existe uma essência interior que é posta a descoberta através dos atos” (Bento. 2017, p.41), ou seja, o que é considerado normal não existe como essência, mas sim em relação ao que é diferente”. Louro (1997) adverte sobre a posição de centralidade

A posição central é considerada não problemática; todas as posições de sujeito estão de algum modo ligadas - e subordinadas - a ela. Tudo ganha sentido no interior desta lógica que estabelece o centro e o excêntrico [...] o centro e suas margens. Ao conceito de centro vinculam-se, frequentemente, noções de universalidade, de unidade e de estabilidade. Os sujeitos e as práticas culturais que não ocupam este lugar recebem as marcas da particularidade, da diversidade e da instabilidade. (Louro, 1997, p. 46)

A interpretação do gênero adquire múltiplos significados à medida que diferentes grupos sociais o compreendem de maneira específica em seus respectivos contextos e períodos, das tecnologias das instituições - como por exemplo a Escola, figura primeira da Educação Formal - do tempo e do espaço que estão inseridas. Isso evidencia ainda mais a natureza transitória e histórica da identidade de gênero. Nesse sentido, a abordagem teórica da pós-modernidade

assume um papel crucial nesta pesquisa. É fundamental reforçar que o objetivo não é buscar uma verdade absoluta, mas sim realizar uma revisão bibliográfica

qualitativa que aponte direções e possibilidades para instigar debates sobre a encruzilhada teórico-prática de “gênero, sexualidade e educação”.

Louro (1997), quando pensa a emergência do gênero e a confronta com os ideais da pós-modernidade e a reflexão sobre a obra de Foucault, ressaltando os pontos de afastamento e convergência, afirma que “temos de aprender, nesses tempos pós-modernos, a entender que a verdade é plural, que ela é definida pelo local, pelo particular, pelo limitado, temporário e provisório” (1997, p. 53). Sublinhando ainda que as definições sobre gênero e sexualidade são construídas no interior das relações de poder, não sendo naturalmente construídas muito menos fruto de uma evolução natural, sendo urgente refletir e problematizar a polarização dos sujeitos e suas identidades.

O gênero está em tudo, principalmente na escola, a autora feminista Teresa de Lauretis, descreve o gênero como produto final, mas não finalizado, que sofre das tecnologias das instituições, do tempo e do espaço que estão inseridas, a autora afirma:

A construção de gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como na Era Vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não somente onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa e monoparental; em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos de Estado”. A construção de gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais e, até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo. (Lauretis, 1994, p. 2009)

Em concordância com trabalho publicado por Joan Scott em 1986, entendo e defendo que o gênero deva ser entendido como uma categoria analítica, considerando-o como uma construção social, cultural e historicamente contextualizada do indivíduo. Ela argumenta que o gênero não é uma característica inata, mas sim um conjunto de relações sociais complexas que influenciam e são influenciadas por diversas esferas da vida. Scott enfatiza que a análise de gênero permite compreender como as identidades e as relações de poder são moldadas, contestadas e transformadas em diferentes contextos históricos e culturais. Ou seja, essa a categoria analítica de gênero possibilita uma abordagem crítica das

18

hierarquias sociais baseadas na diferença de gênero, bem como das estruturas que sustentam essas hierarquias como a escola.

Pensar analiticamente o gênero nos permite usar lentes, através das quais podemos ver que valores e normas manifestados em currículos escolares que refletem estereótipos de gênero, regras de vestimenta separadas em categorias binárias, ou mesmo em atitudes e expectativas dos professores em relação ao desempenho e comportamento dos alunos.

O gênero, como categoria analítica, nos permite perceber como a escola, através de suas práticas, reforça o binarismo de gênero ao mesmo tempo que marginaliza e silencia as identidades e expressões que não se encaixam nas categorias convencionais. Isso tem impactos significativos na autoestima e no bem-estar emocional de estudantes trans e até mesmo de estudantes cisgênero que não se encaixam em determinada forma do gênero imposto, “as confusões que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições. [...] Nessa hora, entra o controle produtor: ‘Isso não é coisa de menino/a!’.” (Bento, 2011, p. 552). É necessário investigar a educação, entendendo que espaço das instituições é espaço de disputa e construção política.

A escola é o primeiro campo de disputa político e ideológico que temos contato nas sociedades ocidentais, tudo que acontece na escola é fruto de uma disputa pautada pela política. Ao investigarmos a educação formal é possível afirmar que esse é um campo inesgotável de disputa e para essa disputa é preciso nomear os “jogadores” em campo.

De um lado temos os movimentos sociais, atuantes no que é entendido socialmente como políticas para os direitos humanos e das identidade e disputando com esses primeiros temos as camadas mais tradicionalmente conservadoras, como igreja (católica e evangélica) sempre minando o debate de gênero, esse jogo fica explícito em *A narrativa da “ideologia de gênero” Impactos na educação brasileira e nas políticas de identidade* de Jimena Furlani (2022), onde a autora, deixa claro que existe um desejo das camadas conservadoras de suplantar - e aqui adiciono, eliminar - o debate de gênero nas escolas, eliminando inclusive do Plano Nacional de Educação 2014, todas as menções ao termo “gênero de todas as suas formas simples ou compostas.

É projeto político das esferas conservadoras dificultar o acesso de grupo

minoritários (aqui com o destaque as identidades de gênero e expressões de sexualidade) a leis de proteção, debate e dos currículos das escolas, pois, a partir do momento que se retira do debate formar e do campo da formação inicial por meio de leis que não os menciona diretamente, retiramos essas pessoas do convívio social e os relegados a uma margem que é não apenas física, mas jurídica, educacional e emocional.

Essas camadas conservadoras, ainda segundo Furlani (2022), disputam as ideias em relação ao debate de gênero, transformando tudo que se pretende Estudo de Gênero em “Ideologia de Gênero”, para aí disputar o currículo da educação formal, para que o debate de gênero, feito de forma responsável e crítica, não chegue nas escolas.

Utilizando-se também dos estudos de Rogério Junqueira (2017) a autora delega a autoria do termo “Ideologia de Gênero” à Igreja Católica. Junqueira apud Furlani vai dizer que “Faz todo sentido que a igreja Católica, então, busque “fazer da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua antropologia e de sua doutrina” (Junqueira, 2017). O que reforça o caráter normativo dessa instituição, como explicitado anteriormente, é nesse movimento que construímos através da educação o que é considerado normal para os indivíduos e suas subjetividades.

Esses movimentos conservadores, além de estarem contra esses estudos, vão ter na ideia de “Ideologia de Gênero” a tentativa de deturpar a historicidade de termos construídos pelos Estudos de Gênero como, “identidade de gênero” e “orientação sexual” que são para a autora, “dimensões identitárias humanas existenciais e, portanto, um direito de expressão incontestável por aqueles que passam a defender os direitos humanos: ONU, União Europeia, governos e partidos de esquerda, movimentos sociais.” (Furlani, 2022, p. 348). Ainda segundo a autora

Dessa forma, é perfeitamente compreensível que os Estudos de Gênero (e o conceito gênero) tenha se tornado “o maior inimigo” para as instituições conservadoras e fundamentalistas do mundo, uma vez que essas reconhecem e defendem, apenas o Direito Natural (baseado na Bíblia). Nessa lógica argumentativa, os “sujeitos merecedores de direito” são apenas o homem e a mulher: Deus criou o homem e a mulher (Gênesis 2, 18-24). Deus criou a mulher para servir ao homem; Deus criou a família cristã com muitos filhos e filhas: “Crescei e multiplicai” etc. (Furlani, 2022, p. 348)

Quando entendermos também que nosso país tem forte base moral religiosa, sendo a maior parte da população brasileira declaradamente católica, fica fácil de

entender a disseminação da ideia de que existe uma “ideologia de gênero”. Essa dita ideologia, seria levada à frente como pauta dos movimentos sociais de esquerda e que precisaria ser combatido principalmente nas Escolas, para que os jovens em idade formativa não tenham acesso a esse discurso, por isso o debate de gênero e sexualidade é minado do PNE.

Quando na verdade, o que acontece no âmbito social - e consequente da educação formal - é uma disputa ideológica sobre quem pode ou não determinar o que é gênero e como os corpos engendrados (de homens e mulheres) devem, ou não, se comportar. Furlani ainda reitera: “sujeitos e suas diferenças estarão sempre no contexto da escola e necessitarão estar visibilizados nos currículos, na formação inicial e continuada” (p. 353). Por isso, ao analisarmos esse debate na escola, podemos perceber como a normatividade está em ação não apenas no campo das relações individuais, mas na forma da Lei que vai reger a educação formal desde o seu nível mais básico.

Por outro lado, ou até mesmo do outro “lado da disputa” ideológica sobre gênero e sexualidade na escola, os movimentos sociais e professores mais engajados na “causa”, através de agenda pedagógica mais crítica que considera a sexualidade - e o gênero, “como aspectos intrínsecos aos seres humanos, em todas as épocas de suas vidas” (Furlani 2013. p. 68) ainda encontram respaldo nas leis que a educação. Lançando mão dos escritos de Furlani em seu texto *Educação sexual: possibilidades didáticas* (2003), a autora vai explicitar que os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 1997 para o ensino Fundamental e Médio trazem explicitamente a menção à sexualidade. No texto:

O então Ministro Paulo Renato de Souza, na apresentação do documento [...] reconheceu que só se exerce a cidadania plena tendo acesso “[...] aos recursos culturais relevantes [...] [ou seja,] tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quando as preocupações, contemporâneas com o ‘meio ambiente’, com a ‘saúde’, com a ‘sexualidade’ e com as ‘questões éticas’ relativas à ‘igualdade de direitos, a dignidade’ do ser humano e à ‘sociedade’ [...]” (Brasil, 1997a:5) (Furlani, 2013, p. 67)

Como venho deixando explícito até aqui, acredito que o debate sobre questões de gênero deve ser feito em os níveis de ensino, de forma transversal e crítica. Pois “situações de exclusão social, decorrentes do sexismo e da homofobia, são constantes...” (Furlani, 2013, p. 69). Ao pensar no início da educação formal, na

escola básica, temos um panorama mais detalhado de como a educação e o gênero estão intrinsecamente ligados de múltiplas formas.

1.1 PEDAGOGIAS EMANCIPATÓRIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE, ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DE DISSIDENTES

Até aqui procurei conceituar quais aspectos teóricos que expõem a relevância de pensar “gênero, sexualidade e educação” como pontos de análise relevantes para entender as posições das identidades, enquanto central ou excêntrica, explicitando ainda que todas essas posições são construídas socialmente em disputa. Em seguida, pretendo identificar quais aspectos são importantes para que essas pessoas consideradas “excêntricas” (Louro, 2013) possam permanecer na educação formal, quais estratégias são elencadas nos artigos explorados e como os dissidentes têm sido observados pelas publicações.

Goellner (2013) pensa que o corpo é produzido historicamente, “só pode ser produto do nosso tempo, seja do que dele conhecemos, seja do que ainda está por vir” (Goellner, 2013, p. 41). Ou seja, os corpos aqui descritos estão inseridos nas dinâmicas do seu tempo, sejam elas sociais, políticas e/ou econômicas. Quando pensamos no gênero ligado ao corpo podemos fazer alguns levantamentos sobre quais corpos estão presentes no espaço da educação, como por exemplo, da educação superior. Dados produzidos pelo grupo GEMAA³ com base na análise dos dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, em pesquisa publicada em 2021, anuncia que pessoas trans eram menos de 0,3% do corpo de estudantes das Universidades Federais em 2018⁴. Porém, nenhuma universidade ofertava vagas específicas para esse grupo, o que passou a ser feito em 2019. Ou seja, o marcador de gênero não normativo, parece ser determinante para a entrada e permanência dos indivíduos em múltiplos níveis da educação formal.

A pesquisa ainda aponta para outro dado importante, que é de que boa parte da população trans nas universidades é engajada em alguma forma de ativismo

³ GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa) é um núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ.

⁴ Dados disponíveis em:

<https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/> > Acesso em: 10 de

político, em dados do portal “**2x mais que pessoas cis** [...] a proporção chega a **45%** entre pessoas trans. Entre **homens trans** a participação no movimento social **alcança 50%**”. (GEMMA, 2021) - Grifo meu. O que parece, é que pessoas trans, embora sub representadas nos espaços formais de educação, aqui a educação superior, são expressivamente preocupadas/ dos com as suas realidades educacionais, o que inclui a permanência.

O panorama apresentado é valioso para entendermos que, embora não apresentem números expressivos de entrada da universidade, indivíduos trans estão ativamente engajados na luta estudantil pela sua permanência nas universidades e espaços de ensino. Segundo o boletim do ANTRA⁵, na área da educação, 70% da comunidade transgênero não concluiu o ensino médio e apenas 0,02% encontram-se no ensino superior. Os dados mostram que a cada 48 horas uma pessoa transgênero é barbaramente assassinada no Brasil, de acordo com o Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022, publicado em janeiro de 2023. Enquanto isso, o Brasil é ainda o país que mais consome pornografia trans no mundo, onde a expectativa de vida é ainda de 35 anos, contra 85 da população em geral. É relevante para essa pesquisa também apontar e traçar paralelos, um dos possíveis, é que mesmo com uma necropolítica atuando sobre seus corpos, pessoas trans estão no front de uma disputa política pelos direitos LGBTQIAP+, algo que já está implícito na sua inclinação a movimentos estudantis.

Ainda sobre o tópico de pessoas trans nas universidades, em matéria concedida à Folha de São Paulo, intitulada “Universitários trans são mais negros, mais pobres e mais engajados, mostra pesquisa”⁶ podemos ver como corpos trans são atravessados pelo sistema educacional, como por exemplo a inexistência de dados mais abrangentes da população transexual no Brasil. Poema Portela, pesquisadora do GEMAA, doutoranda em sociologia e uma das entrevistadas afirma que

O que a gente pode inferir, considerando um quadro amplo de vulnerabilidade de pessoas trans, é que é um perfil de pessoas que sofrem diversas vulnerabilidades, que muitas vezes acaba evadindo o

⁵ Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

⁶ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/universitarios-trans-sao-mais-negros-mais-pobres-e-mais-engaja>

ensino básico, então entrar na universidade é um passo muito difícil.
(Portela apud Angela Boldrini, 17 de fev. de 2021)

Helena Vieira, escritora e transativista, para a mesma entrevista, vai fazer uma série de colocações muito importantes, dentre elas:

“Uma das principais causas de evasão é a dificuldade de permanência, seja por violências sofridas ou por dificuldade de se manter [...] É muito importante "É muito importante não só o auxílio socioeconômico, mas a abertura de vagas de trabalho para pessoas trans nas próprias universidades, porque a ausência de emprego faz com que a pessoa tenha que se prostituir ou assumir outro trabalho e não termine o estudo" (Vieira apud Angela Boldrini, 17 de fev. de 2021)

Através das falas, podemos afirmar que o marcador de gênero é fundamental para a experiência educacional na educação formal. Sendo o ativismo, a presença de pessoas trans em movimentos estudantis uma pedagogia emancipatória de permanência, que deflagra outras possibilidades de existência que não só a cis-normativa.

Para pensar pedagogias emancipatória e estratégias para permanência de pessoas LGBTQIAP+ - com foco em pessoas trans - é possível recorrer a Maria Clara Passos, transfeminista e pedagoga, que em seu livro *Pedagogia das Travestilidades*, vai elencar como pessoas dissidentes de gênero, as travestis, estabelecem estratégias de permanências em múltiplos espaços, e que embora sejam vistas como vulneráveis, correntes e vítimas, não estão destituídas de capacidade crítico reflexiva, estabelecendo práxis político-pedagógicas que vão deslocar e questionar o lugar da “normatividade”.

Colocando em xeque a estabilidade das identidades e dicas corretas - como já conceituado na primeira parte - ao reivindicar para si o espaço de elaboração pedagógica em múltiplas instâncias. Constituindo assim, outras formas de estar e enxergar o mundo, Sara York, mestra em educação pela UERJ, para a mesma entrevista supracitada da Folha vai afirmar que

“Eu sou uma travesti da educação. Então, na minha sala de aula, como alguém que não é para rir e nem dá pena, eu torno mais complexas as relações. Amplio como alunos e alunas podem ver a si mesmos dentro do campo do gênero e da sexualidade, porque eles veem que sou uma pessoa normal.” (York apud Angela Boldrini, 17 de fev. de 2021)

Até aqui, procurei conceituar alguns pontos fundamentais para pensarmos a

trinca de “Gênero, Sexualidade e Educação” como instrumento para pensarmos a trajetória na educação formal, na formação da subjetividade e como criador de

24

insurgências de um conhecimento que se desloca da margem para o centro, sem necessariamente reivindicar a centralidade, mas para bagunçar as noções de “normal”. Tudo isso, na tentativa de elaborar uma resposta transversal à pergunta que intitula essa monografia, “quem cabe na educação?”. No próximo ponto, pretendo fazer uma breve historiografia na educação brasileira e relacioná-la com o debate de quem ela estava endereçada, em outras palavras, quem coube na educação até aqui e a quem ela estava endereçada. E apresentar os artigos selecionados, a partir de critérios qualitativos de inclusão, que serão: a diversidade de experiências e trajetórias dos autores, formação inicial, raça/etnia e a autoafirmação textual, enquanto pessoa pertencente à comunidade LGBTQIAP+.

1.2 QUEM COUBE NA EDUCAÇÃO ATÉ AQUI? BREVE HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL

Muitas autoras da educação começam a fazer articulações teóricas com perguntas. Ter iniciado essa monografia com uma pergunta pretende seguir esses mesmos pressupostos, ainda em sua obra de 1997, Louro vai ponderar que, “Acredito na importância de se fazer perguntas [...]. Não serão as perguntas que nos permitem dar sentido às nossas práticas, aos nossos livros e às nossas vidas?”. Com essa breve apresentação da historiografia pretendo localizar historicamente a prática pedagógica e como o gênero foi e ainda é parte fundamental desse discurso.

A educação formal no Brasil data do período colonial, como dito por Veiga apud Ribeiro (2023) a marca da opressão colonial para o domínio dos corpos “quando os povos indígenas foram subjugados pelos colonizadores europeus, a educação foi utilizada como uma ferramenta de dominação e assimilação cultural” (Ribeiro, 2023, p. 1). Ou seja, desde sua base, os primeiros registros educacionais já revelam um caráter coercitivo e assimilatório. Ainda somos advertidos pelo autor que posteriormente, no período da escravidão dentro do sistema colonial e mesmo depois da abolição constitucional da escravidão e da independência dos países latino-americanos, “a segregação e a discriminação racial persistiram nas escolas, com acesso desigual à educação de qualidade e oportunidades educacionais limitadas para as gentes indígenas, negras e mestiças” (Ribeiro, 2023, p. 1).

Posteriormente, com “discurso científico-social sobre a noção de civilização em voga no século XIX” constitui-se a ideia de que a educação deveria estratificar o lugar social dos indivíduos.

25

“Ao proclamar a escola como difusora da civilização, além do estabelecimento de uma divisão racial da educação, criou-se a expectativa de que a educação viesse a elevar as raças inferiores ao patamar da civilização e, desse modo, educar as cores pela escola”. (Veiga, 2022, p. 87 apud Ribeiro 2023)

Ribeiro ainda adverte sobre como, mesmo com o fim da abolição a cor branca ainda era a norma educacional:

No período colonial, e após as independências políticas no século XIX, as populações indígenas, negras e mestiças foram sistematicamente marginalizadas e desvalorizadas. As formas de escolarização impostas a esses grupos seguiram uma abordagem eurocêntrica, que promovia a supremacia cultural e intelectual da Europa, ao mesmo tempo em que desvalorizaram e suprimiram os seus conhecimentos, idiomas e tradições. As concepções pedagógicas e padrões de educação criados pelas elites geralmente refletiam uma perspectiva etnocêntrica, concentrando-se na história, na cultura e nas contribuições europeias, enquanto negligenciavam ou distorciam as narrativas e experiências das populações indígenas, negras e mestiças. (Ribeiro. 2023 p.4)

Em outras palavras, identidades que não fossem masculinas, brancas e de poder econômico relevante, não poderiam acessar a educação de qualidade. Apenas a identidade branca e cis-normativa vai ter direito pleno a educação de qualidade.

Para finalizar, o texto ainda adverte que embora oprimidos pelo sistema educacional, os povos postos à margem não deixaram de oferecer enfrentamento “setores das populações indígenas, negras e mestiças latino-americanas jamais sucumbiram às adversidades da vida e, para se distinguirem, fundaram os seus próprios clubes, jornais, partidos políticos e associações culturais e cívicas em vários países”. A pesquisa sobre “*Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro*”⁷, aponta para essa direção, mesmo com o bullying transfóbico, os sujeitos da pesquisa - incluindo aqui suas famílias - fundamentassem em estratégias para a permanência no espaço, como por exemplo, a criação desse documento e a busca de suporte legal e psicológico para as crianças;

Embora Viana apud Ribeiro (2023) fale primordialmente de relações raciais, podemos interpretar que isso - estar à margem do planejamento escolar - também é verdade ao se pensar a experiência trans na educação. A pesquisa do eBook,

aponta para essa direção, a maioria das famílias das crianças entrevistadas aponta que além do bullying transfóbico, diferentes formas de intimidação institucional foram

⁷ eBook produzido pela Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias LGBTI+ e o Grupo Dignidade com organização de Thamirys Nunes.

26

sofridas, por parte de diferentes atores da escola. Sobre esse tema, podemos recorrer a dissertação de Késia Rocha (2012) que vai abordar como as pessoas ditas “diferentes” são silenciadas no contexto escolar. Em seu texto Rocha, afirma:

Observei entre educadores e educadoras alguns bloqueios para tratar de questões que muitas vezes significam romper com seus preconceitos e concepções pessoais. As dificuldades por parte dos/as professores/as e demais funcionários/as da escola relativa às questões das sexualidades levantam pontos importantes como conflitos geracionais, dificuldades de romperem ou de se distanciarem das bases educacionais que tiveram no momento de sua formação individual, questões relativas à religiosidade ou apenas dificuldades em romper com tradições culturais que têm como base uma configuração social patriarcal e heteronormativa. (Rocha. 2012. p.17)

Um outro dado fundamental do material produzido no eBook (2021), e que pode ser cruzado com o texto de Rocha (2012), é a segura afirmação de que pessoas LGBTs sofrem processos de preconceito e exclusão na escola. De acordo com dados do eBook, uma porcentagem de 98% dos pais de crianças e adolescentes trans, dentro da amostragem de 120 pessoas da pesquisa, não considera o ambiente educacional brasileiro seguro para suas crianças.

Esses processos - de sofrimento - criam espaços de resistência e novas formas de pedagogia, de resistências e insubordinações ao sistema binário.

2. NA PLATAFORMA SCIELO.

Apresento os resultados da pesquisa bibliográfica na plataforma Scielo e posteriormente, vou me debruçar na análise dos artigos com base nos pressupostos de Friedlander e Arbués-Moreira (2007), que conceitua a da “operacionalização dessa atividade, comum a todos os profissionais de nível superior particularmente, pesquisadores” (p. 574). Seguindo as definições de Friedlander e Arbués-Moreira, aspectos como o Tema, Autores, Resumo, Palavras Chaves ou descritores serão incluídos na escolha dos artigos. As palavras gênero, educação e sexualidade devem aparecer no resumo. Dos artigos encontrados, serão categorizados e analisados.

O ano de 2015 e 2020, delimita um espaço-tempo de mudanças estruturais no Brasil, a exemplo do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff a ascensão de grupos de extrema direita ¹⁸.

Foram encontrados 35 artigos dispostos na tabela abaixo

Tabela 1 – Resultados iniciais da inserção das 3 palavras “Gênero, Sexualidade e Educação”, no buscador no índice de ‘Resumo’ no Scielo.

Nº	Título	Autores	Palavras-chaves
1	Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior.	Tatiane Lima	Educação básica; educação superior; transexualidade; travestilidade
2	Quando o currículo se torna passarela para a diferença.	George Souza de Melo Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira	Currículo; Diferença; Subjetivação; Gênero; Sexualidade
3	Apresentação - Educação, democracia e diferença: torções imaginativas de gênero, sexualidade e raça.	Thiago Rannieri Iris Verena Oliveira	Democracia; Diferença; Gênero; Sexualidade; Raça
4	A FORMAÇÃO DE FUTUR@S1 PROFESSOR@S DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	Camila Midori Takemoto Vasconcelos Lílian Aparecida Ferreira	Gênero; Sexualidade; Formação Inicial; Educação Física
5	Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências.	Andreia Bandeira Emerson Luís Velozo	Livro didático; Gênero; Sexualidade; Ensino de ciências

6	Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado	Gustavo Antonio Raimondi Claudio Moreira	Educação Médica; Gênero; Sexualidade; Autoetnografia performática; Estudos
---	--	---	--

⁸ Para mais informações, veja o Artigo de periódico: Ascensão da extrema-direita e reconstrução do campo progressista no Brasil, de Maurício Mogilka, publicado em 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33738>> Acesso em: 10 de novembro de 2023.

28

		Nelson Filice de Barros	Culturais
7	“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade	Vanessa Leite	controvérsias públicas; infância e adolescência; gênero e sexualidade; Escola sem Homofobia; ideologia de gênero, políticas sexuais
8	Ensino-aprendizagem de Gênero e Sexualidade em um Curso de Medicina no Brasil: promovendo o Cuidado Integral em Saúde e os Direitos Humanos	Gustavo Antonio Raimondi Danilo Borges Paulino Wallisen Tadashi Hattori Vilson Limirio Júnior Vivian Martins de Oliveira Lima e Silva Sergio Zaidhaft	Gênero; Sexualidade; Educação Médica; Direitos Humanos; Saúde Pública
9	Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios	Zilene Pereira Soares Simone Souza Monteiro	Sexualidade; Gênero; Ensino de Ciências

10	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHADORES DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE SOBRE PESSOAS LGBT	Ana Luísa Remor da Silva Mirelle Finkle Rodrigo Otávio Moretti-Pires	peças LGBT; representações sociais; serviços de saúde; ética; bioética
11	Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	Carlos José de Moura Ciribelli Emerson Fernando Rasera	Sexualidade; Educação Infantil; Identidade de Gênero
12	Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas	Richard Miskolci Pedro Paulo Gomes	Saúde e educação; Direitos sexuais e reprodutivos;

29

	públicas	Pereira	Ideologia de gênero; SUS; Diferenças
13	Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si	Alexsandro Rodrigues Megg Rayara Gomes de Oliveira Pablo Cardozo Rocon Steferson Zanoni Roseiro	criança; acontecimento; dissidência; precariedade; vida
14	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	Leandro Castro Oltramari Marivete Gesser	educação; gênero; diversidade; formação

15	<p>Role-Play como Estratégia Pedagógica para</p> <p>Problematizar as Linhas de Cuidado Integral em Saúde aos Adolescentes e Jovens</p>	<p>Danilo Borges Paulino</p> <p>Gabriela Ferreira de Camargos Rosa</p> <p>Guilherme Henrique de Faria Alves</p> <p>Matheus Cesar Vieira Barros</p> <p>Bruna Carolina de Oliveira</p> <p>Gustavo Antonio Raimondi</p>	<p>Educação Médica;</p> <p>Aprendizagem Baseada em Projetos; Role-Play; Políticas Públicas; Assistência Integral à Saúde; Adolescente</p>
16	<p>Oficina de bonecxs sexuadx – um relato de experiência</p>	<p>Stela Nazareth Meneghel Vatsi Meneghel</p> <p>Danilevicz Evirlene de Souza Fonseca</p>	<p>Oficinas; Bonecos sexuados; Sexualidade; Corporeidade</p>
17	<p>Encontros com a diferença na</p>	<p>Cristiane Gonçalves</p>	<p>Juventude;</p>

	<p>formação de profissionais de saúde: juventudes, sexualidades e gêneros na escola</p>	<p>da Silva</p> <p>Patrícia Leme de Oliveira Borba</p>	<p>Sexualidade; Gênero; Escola; Marcadores Sociais da Diferença</p>
--	---	--	---

18	Abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)	Márcia Ondina Vieira Ferreira Andréia Orsato Luciano Pereira dos Santos Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel	identidade de gênero, orientação sexual, sindicalismo.
19	“Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação	Elaine Reis Brandão Rebecca Faray Ferreira Lopes	Gênero. Sexualidade. Educação. Política sexual. Moralidade.
20	A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo	Patrícia Daniela Maciel Maria Manuela Alves Garcia	currículo; gênero; professoras lésbicas
21	Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação	Gregory Da Silva Balthazar Fabiana De Amorim Marcello	corpo; gênero; imagem
22	Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios	Maria Rita de Assis César André de Macedo Duarte	Pânico moral; Escola sem Partido; Ideologia de Gênero; Governamentalidade
23	Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças.	Anete Abramowicz Gabriela Guarnieri de Campos Tebet	política pública; Educação Infantil; políticas públicas; diferenças
24	Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd.	Márcia Ondina Vieira Ferreira Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel	Gênero; Sexualidades; Produção científica; ANPEd; Grupos de

			pesquisa
25	No balanço da “teoria queer” em educação: silêncios, tensões e desafios.	Thiago Ranniery	teoria queer; educação; conhecimento; ensino; identidade
26	6 Práticas Educativas em Saúde: Integrando Sexualidade e Gênero na Graduação em Medicina.	Andréa Cronemberger Rufino Alberto Pereira Madeiro	Educação em Saúde; Sexualidade; Educação Sexual; Educação Médica; Estudantes de Medicina
27	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.	Amanda Nogara Marcon Luísa Evangelista Vieira Prudêncio Marivete Gesser	Sexualidade; educação; psicologia
28	A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as).	Luiz Fabiano Zanatta Sílvia Piedade de Moraes Maria José Dias de Freitas José Roberto da Silva Brêtas	Educação em sexualidade; Escola itinerante; MST

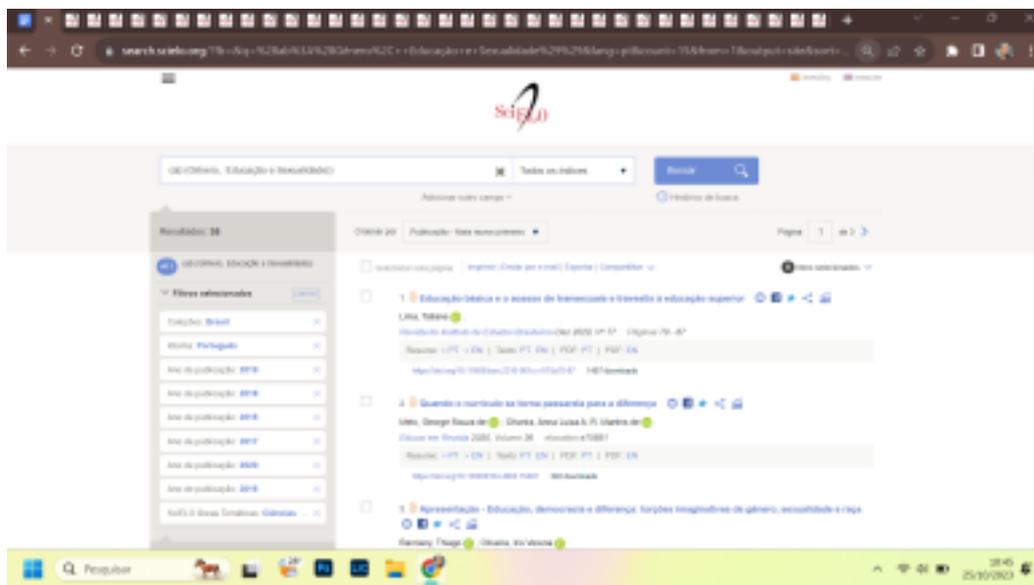
29	Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva	Anna Carolina de Sena e Vasconcelos Rosana Juliet Silva Monteiro Vera Lúcia Dutra Facundes Maria de Fátima Cordeiro Trajano Daniela Tavares Gontijo	Adolescente; Identidade de Gênero; Pesquisa Qualitativa; Saúde Coletiva; Saúde Sexual e Reprodutiva
----	--	---	---

32

30	Apresentação.	Anderson Ferrari	Gênero; Sexualidade; Educação
31	Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar.	Priscila Gomes Dornelles Maria Cláudia Dal'Igna	Escola; Norma; Gênero; Sexualidade; Heteronormatividade
32	DOCÊNCIA E CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.	Marivete Gesser Leandro Castro Oltramari Gelson Panisson	sexualidade; educação básica; direitos humanos
33	O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas	Alexandre Bortolini	Educação; Diferença; Didática; Sexualidade; Homossexualidade

Fonte: Autor (2023)

Ilustração 1 – Filtros epistemológicos aplicados, resultados preliminares da investigação.



Fonte: Autor

(2023)

Ao articular os filtros de escolha na plataforma, foram encontrados 35 resultados, dos quais 33 estavam escritos em língua portuguesa e se encaixam epistemologicamente dentro dos pressupostos que estou me dispondo a pensar.

33

Partindo para uma análise aprofundada dos 33 artigos, que estão dispostos na tabela A, todos atendem aos critérios de estarem escritos em língua portuguesa, terem sido postados entre 2015 - 2020 e falarem sobre questões brasileiras, os 2 que foram desconsiderados - *Brazilian Journal of Medical Education and the Health of Transgender People* e *Vivências e percepções de sexualidade de portuguesas com mais de 65 anos* estão 1 em inglês e refere-se a uma experiência de Portugal, respectivamente.

Nesse momento, e com a leitura dos resumos de cada artigo, foram ainda removidos da análise final os textos intitulados: *Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado*, *Ensino/Aprendizagem de Gênero e Sexualidade em um Curso de Medicina no Brasil: promovendo o Cuidado Integral em Saúde e os Direitos Humanos*, *Representações Sociais de Trabalhadores da Atenção Básica à Saúde sobre pessoas LGBT*, *Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas*, *Role-Play como Estratégia Pedagógica para Problematizar as Linhas de Cuidado Integral em Saúde aos Adolescentes e Jovens*, *Oficina de bonecos sexuados – um relato de experiência*, *Encontros com a diferença na formação de profissionais de*

saúde: juventudes, sexualidades e gêneros na escola, 6 Práticas Educativas em Saúde: Integrando Sexualidade e Gênero na Graduação em Medicina, Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva, pois, embora abordem a encruzilhada de gênero, educação e sexualidade, estão mais ligados a outros aspectos da educação, principalmente a área médica e dos cursos de saúde, que não é uma das minhas categorias de análise. Reconheço a importância transversal do tema, estando esses artigos enquadrados no âmbito das Ciências Humanas, mas pensar a área de saúde, não é um dos focos dessa monografia.

A experiência em lócus, aqui definido como SciELO, revela caminhos outros, que embora mencionados, não são focos da pesquisa. Por exemplo, a transversalidade do gênero na atuação social em sindicatos, relatado em “Abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)”. Embora o relato do machismo e do patriarcado institucional possam desembocar em Pedagogias Emancipatórias de

34

Gênero e Sexualidade que vão desembocar por sua vez em Estratégias para Permanência de Dissidentes a luta sindical é complexa o suficiente para merecer uma monografia por si só, a luta sindical, não é dos focos aqui.

Ainda sobre a análise em lócus, e a exclusão com bases nas características de cada artigo, o ambiente me revela talvez outra categoria de análise, a de pensar o mundo acadêmico, a luz da experiência transexual, pois, as corporalidades desses indivíduos praticamente não é mencionada nos artigos e quando é, aparece apenas como a constatação da mera existência da transfobia.

Após as remoções supracitadas, a leitura e análise crítica dos artigos dentro das categorias específicas, muito devido aos 3 agrupamentos temáticos e o aumento do tórus teórico durante a pesquisa, de 23 artigos. Me utilizando de dados para uma análise qualitativa, o primeiro passo, após a escolha dos artigos, foi de averiguar quais deles pensavam a experiência transexual na educação ou a menciona no texto.

Recorro mais uma vez a literatura em Bento (2017), que vai nos dar pistas para conceituar “os deslocamentos” da narrativa naturalização da

heterossexualidade e da cisgeneridade ,que a experiência transexual proporciona em diferentes âmbitos, um deles, o educacional, bem como, recorro ao material organizado por Thamirys Nunes (2021) para reiterar o escolar como opressor e traumático para crianças trans, pois, institucionalmente não está pronto para lidar com outras corporalidades que não cisnormativa.

A tabela abaixo está disposta por ordem cronológica, assinalando quais textos abordam ou não abordam questões que pensam a transgeneridade de forma transversal. Embora ainda estejam dentro do tema buscado na plataforma, a análise desses artigos marcados com “não” será mais breve.⁹

Tabela 2 – articulação entre os 23 artigos nos 3 eixos temáticos

Nº	Título	Aborda a transgeneridade
----	--------	--------------------------

1 Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação	superior. Sim
--	------------------

⁹ Estou chamando de menção nominal toda menção específica a transgeneridade (travestilidade, não binarismo, etc); palavras como LGBTQIAP+, embora englobam pessoas T, em sua lógica, não dão enfoque específico a esse público.

2	Quando o currículo se torna passarela para a diferença.	Sim
3	Apresentação - Educação, democracia e diferença: torções imaginativas de gênero, sexualidade e raça.	Sim
4	A FORMAÇÃO DE FUTUR@S PROFESSOR@S DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE.	Não
5	Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências.	Não
6	“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade	Sim
7	Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios	Sim

8	Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	Não
9	Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si	Não
10	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	Não
11	Não é competência do professor ser sexólogo	Sim
12	A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo	Sim
13	Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação	Não
14	Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios	Sim
15	Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças.	Não
16	Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd*	Não
17	No balanço da “teoria queer” em educação: silêncios, tensões e desafios.	Não
18	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.	Não

36

19	A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as).	Não
20	Estranhos... Abjetos... Cobiçados... Construídos: corpos, desejos e educação.	Não
21	Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar.	Sim
22	DOCÊNCIA E CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.	Não
23	O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas	Não

Fonte: Autor (2023)

2.1 LEITURA INTEGRAL E ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTIGOS.

A etapa seguinte consistiu na leitura integral dos artigos. Depois que o cumprimento dos critérios de seleção e exclusão foram empregados, detectei 23 artigos que transitavam na interface das áreas de gênero, educação e sexualidade. Os artigos que foram caracterizados como “não” falantes da questão transexual, foram determinados dessa forma por não abordarem nominalmente as questões da transgeneridade.

Para a melhor organização da leitura crítica dos artigos começo a minha análise pelos artigos que nominalmente abordam a transgeneridade, seguindo os pressupostos delimitados por Gomes (2002) para análise de dados de pesquisa qualitativa no que tange 1) a organização de dados, leitura das resumos de todos os trabalhos encontrados; 2) classificação desses dados, levando em consideração o que o que é relevante para a minha hipótese das 3 categorias; 3) Análise final, estabelecendo possíveis articulações com os dados, debates teóricos e hipóteses que levantei até aqui. Começo pela análise individual dos artigos marcados com “Sim”.

● **Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior de Tatiane Lima**

O texto aborda desde seu título, os entrelaçamentos entre pessoas trans e o espaço da educação formal, desde a educação básica até a educação superior. Dialogando diretamente com a questão da minha pesquisa que é entender o que

37

gera o afastamento de pessoas trans do espaço da educação. Ao traçar um paralelo entre como o debate de gênero no currículo da Educação Básica, pode interferir na Educação Superior.

Concordo com a autora que reconhece a Escola como produtora de Gênero, ao reconhecer a escola como espaço onde “espaço em que circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações por gênero, orientação sexual, cor de pele e outras, e se tornam elementos estruturantes desse espaço” (p. 79).

A autora ainda é feliz ao elencar ações governamentais que promovem a equidade e respeito à identidade, sem deixar de problematizar como as questões de transexualidade e travestilidade não comumente não estão ligadas à educação. Ao dialogar com Miranda (2020) a autora elabora os desafios da entrada e permanência

de pessoas trans em espaços de educação formal:

Miranda (2010) aponta que as ações discriminatórias na escola podem resultar na exclusão de determinadas/os estudantes. Segundo a autora, a discriminação é uma conduta disseminada em diversos campos da vida social que viola o direito das pessoas, e pode ser observada desde piadas até formas de tratamento e exclusão explícita ou velada. Quando a discriminação acontece no sistema educacional, “compromete a permanência de determinados grupos na escola” (MIRANDA, 2010, p. 21). Dessa forma, em relação ao cotidiano escolar, estudantes transexuais e travestis. (Lima. 2020, p.79).

Ao fazer a sua análise, a autora ainda descreve, mesmo que não use essa terminologia uma Pedagogia Emancipatórias de Gênero e Sexualidade, pois, ao definir a necessidade da abordagem transversal do gênero no currículo escolar ela está pensando como tornar o espaço da educação formal mais abrangente para outras corporalidades,

- **Quando o currículo se torna passarela para a diferença de George Souza de Melo e Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira**

Nesse artigo, são analisadas 4 cenas de desfiles de moda, organizados em uma escola no Recife, que compuseram a pesquisa de mestrado de um dos autores, Melo (2020). Partindo dessa análise dos desfiles, reimaginar e debater as noções de currículo partindo dos pressupostos para entender e problematizar as noções de gênero ali presentes.

Um dos pontos altos do artigo é trazer uma outra visão de como a Escola produz o Gênero, nunca negando a noção de que a escola exerce uma coerção sobre os corpos sexuados, mas destacando como a experiência extra curricular com

38

outros signos de gênero e sexualidade foram favoráveis para a manifestação de diferentes corpos. No texto os autores indicam:

"A performance curricular das experiências destacadas nas cenas pode facilmente frustrar as expectativas que são, muitas vezes, criadas quando analisamos as existências consideradas “dissidentes” nos espaços escolares. Isso porque estamos acostumadas com um conjunto considerável de relatos pessoais, sociais e acadêmicos de violência, opressão e exclusão que denunciam a realidade com a qual as pessoas LGBTI+ precisam lidar em suas trajetórias escolares. Situações como essas são extremamente recorrentes e precisam, de fato, ser continuamente denunciadas e desafiadas pelas pesquisas e produções acadêmicas eticamente comprometidas com os horizontes de luta por liberdade, justiça e democratização permanente da educação. No entanto, os trabalhos que temos desenvolvido nessa área nos apontam a importância de reconhecer que as vivências “dissidentes” de gênero e sexualidade na educação escolar não estão, inexoravelmente, destinadas às serem aniquiladas por

uma política de “terra arrasada” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019; OLIVEIRA; SANTOS, 2018), mas que podem construir alternativas viáveis e produtivas a partir de uma “política do vivível” (RANNIERY; MACEDO, 2018).” (Melo; Oliveira, 2020, p.11-12).

Ou seja, outras perspectivas sobre a narrativa de pessoas LGBTI+, podem sim ser experienciadas, como por exemplo um dos sujeitos da pesquisa. Que experiência uma exaltação durante a atividade. Pesquisas mais aprofundadas são necessárias para entender como esses atravessamentos se dão em outros espaços. Ou seja, outras perspectivas sobre a narrativa de pessoas LGBTI+, podem sim ser experienciadas, como por exemplo um dos sujeitos da pesquisa que é uma pessoa trans e que experimenta uma exaltação durante a atividade. Pesquisas mais aprofundadas são necessárias para entender como esses atravessamentos se dão em outros espaços.

O artigo ainda é certo em trazer uma definição de currículo muito bem endereçada, que não apenas afirma a necessidade da presença LGBTQIAP+ na escola, mas que vai de definir como o currículo parte integrante de uma pedagogia para o Permanência de Dissidentes. Uma vez que essa experiência extra curricular abriu um espaço de "possibilidades menos traumáticas [...] sobretudo para aquelas que envolvem o exercício conflituoso do gênero e da sexualidade" (p, 15).

- **Apresentação - Educação, democracia e diferença: torções imaginativas de gênero, sexualidade e raça de Ranniery e Oliveira**

O artigo elege as categorias Gênero, Sexualidade e Raça como categorias políticas que tem um histórico de silenciamento. Elegendo ainda essas 3 categorias

39

como parte central para a realização da democracia, não apenas apontando para a presença de corpos marcados por elas, mas a sua presença na formação curricular. Ainda problematizando a ideia de “abordar a diferença”.

O texto ainda se concentra em apresentar artigos do dossiê Educação, Democracia e Diferença, que problematizam e apontam caminhos para a necessidade de debater Gênero, Sexualidade e Raça no currículo seguindo pressupostos teóricos Feministas Negros e Queers. A transgeneridade e os aspectos queers são citados nominalmente três vezes, ao dialogar sobre como o “O reconhecimento de identidades por si só não necessariamente promove a

democracia, uma vez que o seu lastro no essencialismo impossibilita esse pulsar ético da diferença.” (Ranniery; Oliveira, 2020, p.1).

O texto por si só, aponta o currículo, como representação da educação, como propagador da diferença, podendo ser categorizado como Escola como produtora de Gênero, ainda formulando pressupostos sobre como o enfrentamento político da desigualdade passam pela presença daqueles “corpos que jamais foram feitos para aparecer no espaço público [...] produzem a possibilidade de imaginar a democracia de outra maneira” (Ranniery; Oliveira, 2020, p.1).

- **“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade de Vanessa Leite**

O texto de leite dialoga diretamente com um dos pontos que já dialoguei anteriormente nesta monografia, que é a ideia de que os movimentos sociais pregam uma “ideologia de gênero” dentro das escolas. O artigo por sua vez, vai se concentrar em exemplificar momentos entre 2010 e 2018, onde esse discurso surge e como na verdade, ele é fruto da ascensão de camadas reacionárias ligadas a parlamentares ligados às bancadas religiosas.

A historiografia da autora deflagra o início desse debate em 2014, quando o Plano Nacional de Educação e os planos estaduais e municipais retiraram de seus textos as expressões “gênero” e “orientação sexual”, onde camadas conservadoras argumentam que debates como esse ou materiais como o Escola sem Homofobia, apelidado de “kit gay” induziriam crianças e adolescentes a se “tornarem” homossexuais (eufemismo para se referir a toda comunidade LGBTQIAP+).

Para se defender de tal ataque, as camadas conservadoras precisam se

40

defender, defender as crianças e defender a família, já que o objetivo do “kit gay” e da “ideologia de gênero” seria destruir a família.

“Um aspecto importante para a reflexão é o fato de que esse reacionarismo se articula com interesses econômicos e políticos. Não terei como aprofundar essa discussão neste artigo, mas o conservadorismo moral mobilizado tem relação estreita com um projeto político de Estado mínimo, de desmonte das universidades públicas e da educação pública em todos os seus níveis, de ataques constantes aos sistemas públicos de saúde, de perda de direitos trabalhistas, enfim, de direitos sociais de forma mais ampla. Articulado a isso, vemos a criminalização dos movimentos sociais, o fortalecimento do militarismo e a ocupação crescente do campo político

Nesse artigo, podemos entender que as Estratégias para Permanência de Dissidentes, uma de minhas categorias de análise, não passa despercebida ou sem ataques. Embora não retrate uma experiência escolar propriamente dita, a autora concentra-se em deflagrar como setores conservadores da sociedade estão organizados para impedir o adentramento da população LGBTQIAP+ nos espaços educativos. Quando pensamos as questões da transgeneridade, o texto é feliz em demarcá-la em diferentes pontos, como por exemplo, a forma pela qual qualquer menção a integração social e educacional de pessoas trans é rapidamente debatida pelas camadas reacionárias, que não os/as entendem como parte essencial ou integrante da democracia, não merecendo nem menção nos planos de governo, no texto lemos:

Em matéria jornalística com articuladores de páginas e movimentações pró-Bolsonaro, o administrador da página Jair Bolsonaro Presidente 2018, membro do PSL em um município da região metropolitana de São Paulo, afirma que uma das maiores críticas a Haddad era o “reforço da ‘ideologia de gênero’: a criação de bolsas para que transexuais da cidade voltassem a estudar e outras medidas em prol da comunidade LGBT”. Segundo esse militante cristão, as postagens sobre o que chama de “bolsa travesti” fizeram sucesso porque revelam a falta de prioridades do ex-prefeito, que tiraria dinheiro “de áreas essenciais para trabalhar com a bandeira LGBT. (Leite, 2019. p. 139)

● **Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios de Zilene Pereira Soares e Simone Souza Monteiro**

O artigo faz uma análise do curso de Gênero e Diversidade na Escola (DGE) - que é inclusive mencionado no texto anterior, como parte do programa do MEC para a formação de professores nos temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual - e como a abordagem desse tema, vai afetar a prática de 12 professores de Ciências do Rio de Janeiro. Um dado importante que a pesquisa traz, incluso nos relatos dos

41

professores, é mais uma vez como a formação inicial não aborda esses temas, e quando aborda acaba abordando temáticas de gênero e sexualidade como algo natural e naturalizado, não como algo inserido na cultura.

As falas dos 12 professores ainda revelam dados importantes. Destacando 2 deles, o primeiro é o de que muitos professores e alunos carregam em si aspectos conservadores e tradicionais sobre a temática, o que impede seu debate crítico e transversal. Em segundo, o debate muitas vezes é restrito ao professor de ciências,

na aula de ciências. Debastes potentes como o do DGE, ficam restritos a apenas uma prática individualizada.

As questões sobre a transexualidade aparecem desde o começo do texto, abordando a importância desse debate transversalmente em todo o âmbito escolar e político. Traçando ainda, paralelos entre direitos humanos e a luta pela democracia no país, são mencionados:

a aprovação pelo STF (Supremo Tribunal Federal) que transexuais e transgêneros possam mudar o nome no registro civil sem a necessidade de cirurgias; as conquistas de títulos acadêmicos e postos de trabalho por pessoas transexuais e travestis, manchete constante nas mídias; a inserção dessa discussão em livros didáticos, obras literárias e avaliações para ingresso nas universidades. (Soares, Monteiro, p. 288)

Outra possível interlocução com o texto anterior é a abordagem dos debates sobre a ideologia de gênero e o Escola sem Partido, que são aqui entendidos como tentativas de restringir o direito, principalmente de mulheres e pessoas trans, que esbarram e são restringidos pelo conservadorismo.

O texto conclui que abordar temáticas ligadas ao gênero, depende quase que unicamente do professor, sendo necessárias formações como essa do DGE para que eles e elas possam constituir Pedagogias Emancipatórias de Gênero e Sexualidade. Sendo essas práticas fundamentadas e críticas, essenciais para assim como afirmam as autoras, que haja uma “transformação das práticas escolares, desestabilizando padrões pré-concebidos, além de ampliar a divulgação de pesquisas na área de Ensino de Ciências”. (Soares, Monteiro. 2009. p. 287).

- **Não é competência do professor ser sexólogo: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação de Elaine Reis Brandão e Rebecca Faray Ferreira Lopes**

O artigo vai dialogar com outros dois textos, “Governo e pânico moral” e “Em defesa das crianças e da família” que descrevem e problematizam o debate em

42

torno da inclusão dos conteúdos de gênero e diversidade sexual no Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil, os opositores à inclusão, veem a "ideologia de gênero" como ameaça à família tradicional. Os defensores da inclusão do debate por sua vez argumentam que esses temas são importantes para combater a discriminação de gênero e sexual. O texto, que já entende a escola como reprodutora de ideias normativas sobre gênero vai reconhecer entre outros fatores

políticos que:

O Conselho Nacional da Educação (2015) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão igualmente emitiram notas à sociedade. O documento mencionou a história dos conceitos de gênero e orientação sexual como construções sociais, cuja pretensão no ambiente educacional é demonstrar a representação das diversas práticas de gênero e de orientação sexual presentes nos espaços sociais. Por ser um espaço de ensinamento de comportamentos e currículos escolares heteronormativos, busca-se com a nova linguagem reconhecer a “diversidade de desejos e de relações sexuais e afetivas” na escola (MEC, 2015, s/p).

Em outras palavras, os próprios órgãos governamentais já reconhecem a sexualidade e gênero como parte integrante da escola, mesmo que a atuação de alguns professores seja resistente a pensar esse assunto. As questões ligadas à transgeneridade aparecem nesse reconhecimento.

● **A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo de Maciel e Garcia**

O texto, que é parte da tese de doutorado de uma das autoras (Maciel, 2014), vai analisar as interações entre o currículo e a vivência subjetiva de professoras lésbicas, percebendo como essas interações produzem à docência, ao questionarem a heteronormatividade. Utilizando de referências que localizam o gênero como parte do discurso de poder (Maciel; Garcia, 2018, p. 4), as autoras analisam o como a práxis pedagógica dessas professoras está ligada também a sua sexualidade. Concordo ainda com as autoras que afirmam que o currículo é uma tecnologia, um dispositivo de poder, no texto

Considerando essas questões gerais, propomos, na primeira parte do texto, a discussão dos conceitos de gênero e currículo. Tratamos nessa parte do artigo do gênero e do currículo como artefatos na produção de si e dos outros no campo educacional. Discutimos também a contribuição da pedagogia queer para a decomposição da centralidade da produção de sentidos e conhecimentos a partir do pensamento binário homem/mulher, heterossexual/homossexual, pensamento este instituído pela cultura ocidental. (Maciel; Garcia, 2018, p. 6)

43

Tendo um referencial *queer*, que é entendido “como um jeito de pensar e de estar que não inspira um centro, uma identidade, mas como um jeito de desafiar aquilo que é entendido como norma regulatória (Louro, 2008, p. 4)”. As autoras, ao reconhece a categoria da escola como parte da constituição do gênero, argumentam que a análise do gênero é fundamental para entender a educação

[...] é preciso ter o gênero como um campo de referência para compreender o currículo e o próprio campo pedagógico. De acordo com Louro (2000), é preciso pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero porque elas nos sugerem não apenas a crítica da lógica binária entre homens e mulheres, masculino e feminino, heterossexual e homossexual, mas também novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (Maciel; Garcia, 2018, p. 7)

A transexualidade aparece, primeiramente ao ser mencionada sua ausência no currículo e ao articular os sentidos da normatividade dentro do currículo, na afirmação de que “no currículo não há receptividade para a vida e as histórias daqueles que são considerados homossexuais ou transexuais” (Maciel; Garcia, 2018, p.13). Estando também presente, na afirmação de a materialidade corporal da dissidência cria *Pedagogias Emancipatórias de Gênero e Sexualidadede*, o texto afirma

[...] as experiências de gênero e sexualidade das professoras perpassam o currículo e a pedagogia na escola não pela simples adição de conteúdos gays, lésbicos e transexuais nos currículos escolares, mas pelas relações e problematizações que estas professoras criam a partir da materialidade de seus corpos, de suas formas de colocar-se no mundo e, por vezes, de assumir politicamente [...] (Maciel; Garcia, 2018, p.15).

● **Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios de César e Duarte**

O texto vai dialogar com o artigo “Em defesa das crianças e da família” ao também investigar o pânico moral gerado pelo debate de gênero e sexualidade dentro da educação, principalmente das discussões de Plano Nacional, Estadual e Municipal de educação.

Identificando a partir dos anos 2000 processos de reconhecimento de “ações do Estado visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBT enquanto Direitos Humanos fundamentais” (César e Duarte, 2017, p.145) e como esses debates são rebatidos pelas camadas conservadoras como “ideologia de gênero”. Ideologia essa que gera pânico moral na população ao deturpar as ideias do campo de estudos das relações de gênero, ao corromper ideias como o

44

programa “escola sem homofobia” que passa a ser “propaganda LGBT” ou o “kit gay”. No texto

Vários deputados e senadores conservadores diziam que as peças produzidas no contexto do programa “escola sem homofobia” seriam “propaganda” LGBT (CÉSAR; CUNHA, 2016). Em termos pejorativos, o

programa foi designado pelos parlamentares e por parte da grande mídia como o “kit gay”, iniciando-se assim o processo recente de pânico moral no Brasil (RUBIN, 1993), o qual se acirrou posteriormente com os debates sobre a redação dos Planos de Educação. Nessa breve genealogia, a recusa em 2011 do chamado “kit gay” é o marco zero do nosso recente pânico moral. (César e Duarte, 2014, p. 147)

A questão transexual aparece ligada aos grupos que defendem a ideologia de gênero, a argumentação apresentada ainda é a mesma do texto de Leite (2019), que grupos que reivindicam direitos humanos estariam empurrando agendas de “propaganda LGBT” mais uma vez, as técnicas políticas para Estratégias para Permanência de Dissidentes, não passa despercebida para as camadas conservadoras.

- **Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar de Dornelles e Dal’Igna**

O artigo vai analisar como a tríade gênero, sexualidade e idade interagem dentro das aulas de educação física, tendo como respostas que essas tramas se dão de maneira heteronormativa. Sendo a escola reconhecida ainda como produtora e reprodutora do gênero, que indica como os corpos devem se portar. O texto ainda enfatiza a importância de examinar como as relações sociais intra e extramuros da escola moldam as identidades dos estudantes. O papel da normalização exercida pela escola na produção do normal e do anormal, incluindo a normalização disciplinar e os dispositivos de segurança.

E como uma perspectiva queer e pós-estruturalista, pode criar espaços de questionamento das normas heterossexuais e das identidades de gênero binárias, destacando a performatividade de gênero, assim como é proposta por Judith Butler.

A transexualidade é abordada como força contemporânea e contribui para a formulação da política contemporânea de gênero "A autora refere-se a uma política de gênero contemporânea e fruto da combinação dos movimentos de intersex, de transexuais e de transgêneros e da articulação possível entre estudos feministas e teoria queer." Ou seja, o que vem se formulando no campo da política de gênero,

45

tem como um dos pontos centrais Estratégias Políticas empregadas por corpos comumente identificados como dissidentes, seja para a sua permanência nos espaços ou sua emancipação das identidades consideradas centrais.

Por fim, é importante salientar que a escolha de apontar as identidades transgêneras nestes estritos, que representam as construções contemporâneas a respeito de gênero, educação e sexualidades pode ser localizado em Bento (2017). Que vai eleger também a experiência transexual como única na cultura, uma vez que essas identidades experimentam processos únicos no campo da educação. Infiro ainda que essas relações assumem um leque amplo de perspectivas que na maioria das vezes entende o currículo como foco principal da interação desses corpos. Levantando ainda que uma pedagogia emancipatória das identidades, que reconhece a escola como produtora e reprodutora de gênero vai passar por ele, a probabilidade integral da constituição política, social e construtiva do currículo que é um dispositivo de poder, como disputa política e campo cultural que representa as definições sociais da época em que está inserido.

3.2 ARTICULAÇÃO TEÓRICA ENTRE OS ARTIGOS QUE NÃO ABORDAM A TEMÁTICA.

Ao analisar os textos que não trazem menções nominais às questões da transgeneridade, podemos ainda ter insights valiosos sobre como a encruzilhada teórica de gênero, sexualidade e escolaridade vem se desenhando no Brasil. Todos os textos, mesmo de formas diferentes, principalmente ao mencionarem a comunidade LGBTQIAP+, principalmente os homossexuais, advertem sobre como a escola é um dos pilares da construção das normativas sociais gênero, como instância fundamental da formação de corpos sexuados de corpos-homens e corpos-mulheres Bento (2017). No artigo, *Docência e concepções de sexualidade na educação básica* de Gesser, Oltramari e Panisson (2015), por exemplo fica claro que a escola, mesmo que não seja isso que os documentos oficiais preveem, aponta para a patologização de pessoas, debates e práticas que fujam a heteronormatividade. O mesmo ponto pode ser visto também no artigo, *Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil* (2019) de Ciribelli e Rasera, onde se lê:

46

No que se refere à sexualidade, pode-se argumentar que a escola normatiza a sexualidade na medida em que determina a heterossexualidade como norma e a estabelece como a forma saudável e normal de experiência da sexualidade (Carvalho & Guizzo, 2016; César, 2009). Nesse sentido, a

escola funciona como uma das máquinas sociais de internalização nos sujeitos, sendo um instrumento de significação e normatização das relações de gênero, da sexualidade em geral, e da homossexualidade, especificamente. (Ciribelli; Raserá, 2019. p. 3)

Os textos ainda dão valiosas contribuições, que por muitas vezes dialogam entre si, como de que, por ser um dos espaços em que o gênero é constituído, a escola, através de uma prática pedagógica pode proporcionar debates críticos sobre a *Emancipação d Gênero e Sexualidade*, uma vez que o pensamento crítico sobre o gênero pode indicar para a sua desnaturalização, em sua pesquisa de campo realizada em 2019, Ciribelli e Raserá vão fazer essa indicação

Contudo, a escola também pode ser um espaço privilegiado para desconstruir naturalizações, visto que a ação pedagógica se dá pela linguagem (Ferrari, 2003), a qual, ao nomear o corpo, não só descreve como também constrói o que está nomeando (Louro, 2001), criando espaço para novos sentidos. Entende-se que a escola pode ser uma instituição que promove desconstruções de sentidos a respeito da sexualidade e do gênero, porque é ela, também, responsável por construir esses sentidos. (Ciribelli; Raserá, 2019. p. 3)

Pensar de forma crítica a atuação, é também tema do texto, *O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas* de Bortolini (2015) que através de pesquisa etnográfica vai analisar três atividades pedagógicas realizadas por profissionais de educação básica além de uma perspectiva heteronormativa. Pois, reconhece a escola enquanto parte da construção da normatividade e patologização das identidades não heterossexuais. Em concordância com o autor, deveriam haver práticas que tratassem do lugar da identidade enquanto algo que não é natural, que não é dado, mas sim um processo contínuo e reiterativo que não está pronto nem se consolida em um determinado momento da vida.

Ao reconhecermos essa postura, podemos então articular que para que essa desnaturalização e debate crítico ocorrem, precisamos de formação de professores e de um currículo igualmente crítico e aberto às interlocuções entre gênero, sexualidade e educação. A formação é tema do artigo “*A FORMAÇÃO DE FUTUR@S1 PROFESSOR@S DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE*” de Vasconcelos e Ferreira (2020) para pensar a formação de professores em educação física a respeito dessa temática. Na

pesquisa, foi atestado mais uma vez a Escola produtora de Gênero, algo que está

presente também nas aulas de educação física, que por sua vez, lidam diretamente com o corpo. O texto ainda afirma que a maioria dos cursos de Pedagogia não tem matéria obrigatória para pensar gênero e sexualidade. Apontando para uma perspectiva que engloba não apenas o currículo das escolas, mas também o currículo da formação dos professores que atuaram nessas escolas, que, como já dito, muitas vezes não tem acesso a essa discussão de forma crítica.

A formação é tema central também do Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola, nele os autores investigam políticas públicas para pensar essa temática, focalizando no surgimento de políticas de diversidade em várias secretarias, bem como o Programa de Formação de Professores em Gênero e Diversidade na Escola nos primeiros anos do governo Lula. O impacto do GDE nas práticas escolares é considerável e positivo, embora o texto alerta que nem sempre é imediato. Pois existe o desafio de superar os saberes prévios, naturalizados e arraigados sobre o binarismo de gênero dos professores.

Os resultados sugerem que o curso empoderou as participantes e as fez refletir sobre suas práticas e suas vidas, possibilitando uma reconfiguração de suas experiências e uma transformação em suas práticas escolares. O estudo conclui que cursos semelhantes podem contribuir para o avanço do campo de conhecimento relacionado à diversidade na escola.

Esse caminho é também apontado por Bandeira e Veloso (2019) no artigo *Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências* que, ao falarem sobre o livro didático, o marcam como político e ideológico. Afirmando também que mesmo regido por leis e processos avaliativos carregam a normatização sobre gênero e sexualidade, que normatizam e moldam os sujeitos.

Conectados ainda com outros textos já citados, o texto ainda prevê que esse debate, quando foge da normatividade, pode tocar um rumo um tanto quanto tortuoso, que pode ser marcado como apologia à ideologia de gênero - algo que já debati em partes anteriores-. Porém, segundus as autoras, que podem ser superadas. Ao elaborarmos pedagogias críticas e emancipatórias, se os livros didáticos são também parte da cultura e refletem os valores vigentes tão quanto veiculam a ideologia dominante nas escolas, podemos imaginar que *Estratégias para Permanência de Dissidentes*, só se faz presente a partir da presença também

no livro didático. Na palavra das autoras, “a escola deve se atentar para não cair nas armadilhas da ideologia sustentada pelos pensamentos reacionários e fundamentalistas” (Maciel, Garcia, 2019, p 1029).

O texto “*Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação*” de Balthazar e Marcello (2018) oferece uma visão crítica da relação entre imagens, gênero e sexualidade, enfatizando a importância das imagens na construção da identidade e na manutenção das normas de gênero na sociedade. Embora não fale diretamente do cotidiano escolar, esse debate pode ser associado com a reflexão das imagens veiculadas no espaço da escola, assim como, materiais e livros didáticos, pois, imagens podem afetar a maneira como nos relacionamos com as normas de gênero e sexualidade, potencialmente tornando-as mais maleáveis e permeáveis.

A formação implica diretamente na atuação. Que por sua vez se dá diretamente com outros indivíduos e ao entender que professores em sua maioria estão lidando com crianças. Pensar como essas crianças lidam com questões ligadas à decência de gênero e sexualidade é fundamental para essa monografia. Esse caminho é indicado no texto já supracitado de Ciribelli e Rasera, que através de pesquisa etnográfica investigam as concepções de gênero de crianças na educação infantil, mas ganha uma nova perspectiva no artigo *Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si* (Rodrigues; Oliveira; Rocon; Roseiro, 2018) ao trazerem reflexões e relatos sobre crianças em dissidência de gênero. Um dos depoimentos, que exemplifica é:

“Quando fui para a quinta série começaram meus problemas na escola por ser “mariquinha” na interpretação dos meninos. Tive muitos problemas de socialização e os primeiros apelidos e xingamentos homofóbicos começaram a fazer parte da minha rotina já nos primeiros dias de aula.” (Rodrigues; Oliveira; Rocon; Roseiro, 2018, p. 11).

A dificuldade de pensar sexualidade e gênero de forma transversal e contextualizada na prática em sala de aula também é tema do “A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as).” de Zanatta, Moraes, Freitas, Brêtas (2016) onde os autores relatam a dificuldade da inserção de práticas que abordam esses temas tendo como recorte a escola itinerante do MST do Pará. Uma vez que, as universidades brasileiras raramente oferecem formação sobre o tema, sendo ainda difícil balancear qual “abordagem”

seguir, já que educadores, pais e alunos, têm visões divergentes sobre a educação em sexualidade, resultando em conflitos e desafios. O estudo ainda sugere que mesmo tendo bases freireanas, a abordagem da sexualidade na escola é marcada por uma abordagem biologizada e medicalizada da sexualidade. O texto ainda adverte, porém, que essa é uma questão geral, não sendo exclusiva da escola itinerante do MST, mas presente também nas escolas urbanas por todo Brasil e em outros lugares.

Ao pensarmos na prática diária da atuação dos professores com crianças, principalmente crianças pequenas, podemos ter como referência o texto *Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças*, de Abramowicz e Tebet (2019) no que se refere aos impactos de debates como gênero, étnico-raciais, de sexualidade, pós-estruturalistas e pós-coloniais. Trazendo um outro olhar para o debate das diferenças em sala, ao afirmar que a ideia de diversidade é por muitas vezes usada como uma estratégia de governança e apaziguamento das desigualdades. O texto sugere a necessidade de debate crítico sobre a educação infantil, destacando como as políticas educacionais podem afetar a experiência das crianças na educação nas questões da diferença, que são desafios significativos na Educação Infantil no Brasil. Buscando ainda promover uma compreensão mais positiva da diversidade que não apenas tolera, mas valoriza as diferenças.

Outros trabalhos, que não exatamente focados na atuação dos professores, seja em sala de aula, currículo ou formação inicial, se voltam para pensar a formação continuada, que é o caso do *Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd* de Ferreira e Coronel (2017), que vão refletir sobre a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação entre os anos de 2007 e 2011. No texto, são levantados dados sobre evolução dos estudos de gênero no contexto brasileiro, dentro do campo da pesquisa educacional.

O principal ponto do texto está em deflagrar a luta por legitimidade nesse campo e os desafios enfrentados, e como embora tenham aumentado em número as pesquisas que dialoguem com essas duas áreas, ainda existem campos dentro da educação onde o gênero não é considerado uma categoria de análise relevante.

A ANPEd também é tema do artigo, *Estranhos... Abjetos... Cobiçados... Construídos: corpos, desejos e educação* de Anderson Ferrari (2015) que entende a

educação como um espaço possível do questionar aos saberes estabelecidos, as práticas pedagógicas e as representações que envolvem os corpos. Além disso,

50

ênfatisa a ideia de que corpos, desejos e educação são construções sociais e que a educação desempenha um papel fundamental na formação de sujeitos e na produção de conhecimento. No texto lemos:

Nas escolas e fora delas, classificamos os outros pelos seus corpos, colocamo-nos em relação com esses outros e seus corpos, que nos dão um lugar de sujeito, somos chamados e chamadas a transformar nossos corpos e desejos em objetos de conhecimento, somos capazes de falar de nós mesmos e mesmas a partir deles, de maneira que os corpos e desejos são centrais nos processos, estratégias e práticas pedagógicas. A educação escolar e aquela que diz da produção dos sujeitos têm funcionado como instâncias autorizadas a educar e a produzir os corpos e desejos. (Ferrari, 2015, p.1526)

Embora não pense nominalmente a transgeneridade ou suas questões, o texto "No balanço da "teoria queer" em educação: silêncios, tensões e desafios" de Thiago Ranniery (2017) assume uma postura que é muito importante para essa monografia, o de lançar questionamentos sobre como que a educação também disputa o espaço de definir o que é gênero, principalmente qual ideia de gêneros devem ser ensinadas e as contribuições da teoria queer a esse debate. A resposta que vem se desenhando é que a normatividade binária vem sendo apresentada e instituída enquanto norma.

O autor também anuncia uma preocupação, a de que a teoria queer seja simplesmente "anexada" de forma abrupta, tornando-se sinônimo de gênero e sexualidade na educação. No entanto, também destacamos como a progressiva incorporação desses conceitos à pesquisa em educação trouxe uma nova dimensão à área, moldando a compreensão de tópicos como "conhecimento" e "ensino". No cerne deste artigo, está o debate de se ela, a teoria, corre o risco de ser absorvida pelas práticas convencionais, mantendo pressupostos ortodoxos e afastados da criticidade. E o questionamento que pergunta se o "queer" pode ser estendido além das categorias de gênero e sexualidade, explorando outras dimensões da diferença.

Embora não mencionem diretamente a causa transexual, que é o foco da minha pesquisa, perceber como as relações de poder na escola normatizam ou patologizam os indivíduos, reforçando padronizações de gênero, currículos, formação e linguagem ainda são extremamente valiosos para compreendermos o panorama geral dos estudos de gênero no Brasil.

3. POR UM CURRÍCULO QUE ASSUME A PRÁXIS QUEER.

Ao entender que o currículo não é neutro em nenhum aspecto (Louro, 2013), podemos construir pontes teóricas com os estudos de gênero e os na área de currículo. Como dito por Macedo em seu livro “Léxico crítico-analítico em currículo e formação: concepções e termos referenciados na poiesis e na práxis curricular (2020)”, a construção crítica do currículo é fundamental, se queremos construir uma sociedade mais igualitária. Sociedade esta, na qual as posições entendidas enquanto dissidência poderiam EXISTIR, em um lugar de qualidade e plenitude (York, 2020). Uma das possibilidades para alcançar este objetivo passa pela teoria *queer*.

O termo *queer* aqui empregado, segue a prerrogativa de York e Nolasco, no texto *Escola para todas, todes, todxs e todos: uma conversa preliminar sobre gênero e sexualidades (2022)*, que ao apresentar a sigla LGBTQIAP+, define *queer* enquanto:

[...] significa estranho em língua inglesa, como possível identidade que emerge no Brasil a partir dos anos 2015 com a popularização do termo em séries e desenhos animados. O *QUEER*, outrora pós-identitário, isto é, que não mais pertence a instância do descritível e do capturável, no Brasil, se torna identidade de alguns grupo mais jovens, a geração Y, que se adornam neste e deste significado. O uso do termo enquanto identidade é complexo. Se por um lado, torna-se apreensível, questão sinequa non para sua não existência ou uso, por outro, aloca uma letra ao combo rizomático das muitas identidades. (York; Nolasco, 2022, p.24)

Ainda à luz da produção textual de York e Nolasco (2022) é importante, mais uma vez, recorrer a Guacira Lopes Louro, que inaugura o debate da teoria *queer* no Brasil. Para a autora, a abordagem *queer* questiona as normas sociais e culturais relacionadas à identidade, gênero e sexualidade na educação. Desafiando ainda concepções tradicionais e fixas de identidades sexuais e de gênero, buscando desconstruir as categorias binárias e normativas, como masculino/feminino, heterossexual/homossexual e problematizar a relação entre sexo, gênero, sexualidade e expressão de gênero (Louro, 2018).

Louro (2018) propõe uma perspectiva pós-identitária, desvinculada das ideias fixas de identidade, e enfatiza a fluidez, a diversidade e a complexidade das identidades humanas. Defender um currículo que é declaradamente *queer*, por sua vez, seria criticar o modo como a educação tradicional tende a reforçar estereótipos

de gênero e a marginalizar aqueles que não se enquadram nas normas preestabelecidas. Onde poderíamos vislumbrar abordagens, pelas quais espaços

52

educacionais mais inclusivos, plurais onde as identidades e expressões de gênero não sejam marcadores de exclusão.

É propor uma educação que não imponha padrões normativos, mas sim que promova a reflexão sobre a normatividade, o diálogo e crítica as diferenças, entendendo o que leva os diferentes a essa condição. Visando à desconstrução de hierarquias e preconceitos relacionados às identidades.

Ao fazer a defesa de uma teoria-prática queer dentro do currículo, podemos ainda esbarrar em uma questão já mencionada, Macedo (2020), ao mencionar o currículo *queer* já reconhece que “Intolerâncias políticas e religiosas negam essa condição, assim como patologizam e criminalizam essa experiência” (Macedo, 2020, p.74) Mas, também reconhece a potência dessa abordagem “[...] realçar, valorar e valorizar nos currículos é que nessa condição experiencial habita saberes, que podem socializar de forma única e singular experiências diferenciadas de vida.” (Macedo, 2020, p.74).

Esse posicionamento é fundamental se entendemos que estamos lidando com uma pesquisa que entende a diversidade como potência. Potência essa que é de transformação política, crítica e deflagradora de opressões. Qualquer coisa contrária a isso é contra a prática da cidadania. A escolha epistemológica de pensar em corpos trans reside também nessa afirmação, de entender que a experiência transexual na educação - e na sociedade como um todo - é única (Bento, 2021). Única de tal forma, que se entendemos que a escola, entre outras atribuições, produz e reproduz as posições de poder, é fundamental articularmos encruzilhadas entre elas. Entendendo que todas as pessoas, suas identidades, estão sempre na encruzilhada das interseccionalidades (Akotirene, 2018) em uma relação dialógica de poder.

Se a diversidade é potência, educar para a diversidade, segundo Cruz e York (2022), é o pressuposto de educação que visa

[...] romper com as estigmatização enraizadas ao longo do processo social brasileiro pode fazer da escola um espaço para a reflexão do respeito as diferentes orientações sexuais e ou indtidades de gênero e contribuir para a inserção, no projeto político pedagógico, como tema central nas questões que são recorrentes, tanto quando ignoradas: trans/homossexualidades como desvio. hetersexualidade culpatoria como

natural, lesbianidade e intersexualidade como temas tabus nunca mencionados. É preciso discutir através de uma análise crítica e com visão científica que fomente essa discussão sobre diversidade [...] uma vez que a palavra diversidade tende a nublir particularidades da identidade e da diferença. (Cruz, York, 2020, p. 73).

53

Defender essa configuração de educação, que pensa a posição crítica da identidade e não tem "medo" de ser entendida como "ideologia de gênero", é tentar permitir que os corpos exerçam completamente a cidadania. "[...] podemos acreditar que a escola pode ser um espaço de "cidadania" plena das pessoas, se tomarmos como estudo a questão LGBTQI+ como prática curricular" (Cruz, York, 2020, p. 76). Cidadania essa que por sua vez é mais que uma luta de "mocinhos e bandidos" (Cruz, York, 2020, p. 77) mas que pretende analisar o caráter de construção e fabricação de todas as posições de identidades na sociedade, sejam elas normativas ou não. Que viabiliza ainda amadurecer a consciência crítica da comunidade escolar.

Se um currículo queer se faz necessário, porém, o debate de gênero na educação é "polêmico" (Furlani, 2022; YORK, 2020), como podemos pensar nesse contexto? Como avocar uma criticidade curricular sobre o gênero, quais os parâmetros possíveis? Para vislumbrar possibilidades de resposta, faz-se necessário o uso novamente de Cruz e York (2020), que elencam possibilidades previstas em lei para pensar a interseccionalidade, entre educação, gênero e sexualidade, nos Planos Políticos Pedagógicos e nos Currículos das escolas. Entre eles, os **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Série do MEC**, que entre assuntos, já dispõe sobre PLURALIDADE CULTURAL e ORIENTAÇÃO SEXUAL. Desde sua justificativa o texto já adverte que:

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo grau tem se intensificado a partir da década de 70, por ser considerada importante na formação global do indivíduo. Com diferentes enfoques e ênfases há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim, não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino. Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. O trabalho sistemático e sistematizado de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. (Brasil, 1998 p.77).

Embora uma análise integral do texto não seja um dos focos aqui, afinal, essa seria toda uma outra narrativa de pesquisa, é válido apontar esse documento enquanto caminho empírico para que professores se empoderem e tenham maior

54

base legal para pensar o gênero em suas salas de aulas e práticas diárias. O gênero aparece então, dentro do contexto da sexualidade e embora de forma marcadamente binária e expressamente ligada a pressupostos da saúde, o texto reconhece, além da transversalidade do tema, a hipótese aqui anteriormente formulada da “Escola como produtora de Gênero”, isso pode ser percebido principalmente em 2 trechos do texto:

Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas também com todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação de relações de gênero. Essas representações absorvidas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (Brasil, 1998, p.81)

Desde muito cedo, são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributoanatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. Todas as diferenças existentes no comportamento de homens e mulheres refletem-se na vivência da sexualidade de cada um, nos relacionamentos a dois e nas relações humanas em geral. A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas

a partir da singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os sexos. (Brasil, 1998, p.99)

É importante termos em mente também - e aqui eu abro espaço para inserir, de forma mais contundente, a minha própria memória e experiência - que muitas

55

vezes os PCN ficam em segundo plano durante a formação pedagógica, sendo muitas vezes esquecidos em favor de outros documentos, como a BNCC. Ainda falando sobre a figura do educador, da educadora ou do educadore, o texto adverte em outros dois trechos:

Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos. (Brasil, 1998, p.84)

A rigor, pode-se trabalhar as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar. Elas se apresentam de forma nítida nas relações entre os alunos e nas brincadeiras diretamente ligadas à sexualidade. Também estão presentes nas demais brincadeiras, no modo de realizar as tarefas escolares, na organização do material de estudo, enfim, nos comportamentos diferenciados de meninos e meninas. **Nessas situações, o professor, estando atento, pode intervir de modo a combater as discriminações e questionar os estereótipos associados ao gênero.** (Brasil, 1998, p.99) - Grifo meu

Usando novamente as formulações de Macedo (2020) e Louro (2002) sobre teoria queer e suas implicações pedagógicas no currículo, é possível afirmarmos que a postura *queer* procura romper, inquietar, resistir a normatização e emancipar. Entender a construção social das posições de gênero, enquanto as desestabiliza, problematiza e revisa. Enquanto se coloca como **estranho**, subjetivo e perturbador de cis-hetero-normatividades. Como necessitamos de criatividade na educação, posição que já defendi até aqui com argumentos epistemológicos, que essa criatividade seja queer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intitular este Trabalho de Conclusão de Curso com uma pergunta carrega consigo um significado profundo. O ato de questionar nos convida a explorar e a imaginar, abrindo portas para a delimitação de caminhos possíveis. Optar por uma pergunta como título é, por si só, um convite à reflexão. A busca pelo conhecimento

muitas vezes começa com uma pergunta, e, ao nos questionarmos, lançamo-nos em uma jornada de exploração e descobertas. Nesse contexto, este trabalho visa explorar a intrincada interseção entre gênero, educação e a experiência de indivíduos trans na educação formal.

A pergunta escolhida como título evoca uma série de questões essenciais.

56

Quem tem acesso à educação? Quem se beneficia do sistema educacional existente? Quais desafios enfrentam as pessoas trans ao buscarem uma educação formal? Como podemos tornar a educação mais inclusiva e respeitosa com a diversidade de identidades de gênero? Essas são questões cruciais que busquei abordar ao longo deste trabalho, e cada uma delas poderia ser o ponto de partida para pesquisas futuras.

Ao mergulhar nessa investigação, não apenas explorei um campo de estudo crucial, mas também contribuindo para um diálogo mais amplo sobre como tornar a educação um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos, independentemente de sua identidade de gênero, possam não apenas "caber", mas também prosperar. As categorias de pesquisa que utilizamos, nomeadamente "Escola como produtora de Gênero," "Pedagogias Emancipatórias de Gênero e Sexualidade," e "Estratégias para Permanência de Dissidentes," serviram como guias que direcionaram nosso levantamento e análise dos artigos.

Dentre elas, as 3 categorias levantadas por mim enquanto hipóteses de pesquisas surgem transversalmente pois tem interlocuções entre si. Se *Escola* está posta socialmente como uma das *produtoras do Gênero* e esse gênero é normativo, normativizante e cis-hetero norteado *Pedagogias Emancipatórias de Gênero e Sexualidade* são necessárias, não apenas para pessoas que estão localizadas a margem, mas para que enquanto sociedade reflitamos o lugar que cada corpo tem ocupado, e os possíveis lugares onde diferentes corpos cabem. Para que pensemos *ainda em Estratégias para Permanência, de Dissidentes*, para que ainda problematizamos a ideia e a necessidade de se existirem dissidentes.

Esta pesquisa permitiu explorar as relações de gênero interpretadas e implementadas no contexto educacional brasileiro e identificar quais sujeitos são incluídos ou excluídos nesse processo. Destacamos importantes insights na encruzilhada de gênero, sexualidade e a experiência de indivíduos transgêneros, que se entrelaçam com outras questões, como currículo, formação e atuação

docente.

Reitero meu compromisso com a abordagem da subjetividade, inspirada pelo Feminismo. Reconhecendo que a perspectiva pós-estruturalista sobre o gênero, que o compreende como uma construção cultural e social, desvinculando-o do sexo biológico, é uma visão que está "repleta de caminhos". A complexidade dessas questões, quer sejam consideradas isoladamente ou em conjunto, não pode ser

57

totalmente explorada em uma única monografia. Para alcançar os objetivos delineados nos Estudos de Gênero, é essencial desafiar as identidades binárias e "revelar" sua natureza construída e transitória. Também é fundamental explorar como essas construções estão intrinsecamente ligadas à educação, onde são referenciadas e reforçadas. Abordei o debate de gênero no contexto escolar, por um viés que não seja apenas da dor, da morte, ou do pesar, mas que seja o da ciência que aponta uma possibilidade de futuros mais justos e equilibrados. Isso faz com que a história construída e contando sobre corpos em descendência não precise ser a da exclusão ou expulsão. Mas a da estratégia política e pedagogia de permanência plena nos espaços.

Busquei também catalisar um debate público e político sobre a educação. Não se trata apenas de constatar a existência da transfobia institucionalizada, mas de contribuir para a criação de abordagens pedagógicas mais inclusivas e críticas. Pela qual igualdade e a não exclusão sejam promovidas nas instituições de ensino formal, e que a educação seja vista como um espaço vasto de possibilidades, onde a o "estranho" das identidades de gênero, esteja presente do planejamento até o currículo.

Explorar como as relações de gênero são interpretadas e implementadas nas instituições de ensino revelou-se uma busca essencial. Através da investigação na plataforma SciELO, mapear as dinâmicas e estruturas que moldam o ambiente educacional em relação ao gênero, e, com isso, lançar luz sobre a inclusão e a exclusão de diferentes grupos, tendo uma visão mais clara das complexas redes de influência que moldam o ambiente educacional brasileiro, indicando onde as mudanças podem ser necessárias para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Assim, meu trabalho destaca a necessidade de futuras investigações em

diversas localidades, contextos e com diferentes abordagens. Ao compreender as encruzilhadas entre gênero, sexualidade, currículo e pedagogia, abrimos as portas para novas possibilidades na construção de um sistema educacional que não seja marcado pela exclusão epistemológica do que é construído como marginal. Advogo por um currículo que desafie as normas estabelecidas, que denuncia a forja da rigidez das identidades de gênero e sexualidade, abrindo espaço para a diversidade e fluidez dessas experiências.

58

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças**. Pro-Posições 28 (Supl. 1), Sep-Dec 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0114>. Acesso: 10/11/2023

BALTHAZAR, GREGORY DA SILVA; MARCELLO, Fabiana de Amorim. Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação. **Rev. Bras. Educ.** 23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230047>. Acesso: 10/11/2023

BANDEIRA, Andreia; VELOZOS, Emerson Luís. **Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências**. Ciênc. educ. (Bauru) 25 (4), Oct-Dec, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320190040011>. Acesso: 10/11/2023

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 19, n.2, 2011.

BENEVIDES, Bruno G. **Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas Trans em 2022**. ANTRA, 2023. Disponível: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em: 26, set. 2023.

BORTOLINI, Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **Cad. Pagu** (45), Jul-Dec 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201500450479> Acesso: 10/11/2023

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; Duarte, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educ. rev.** (66), Oct-Dec 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54713>. Acesso: 10/11/2023

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; Rasesa, Emerson Fernando. **Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual**: Outro Olhar para a Educação Infantil. *Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.)* 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>. Acesso: 10/11/2023

59

COLLINS, Patricia Hill. O QUE É INTERSECCIONALIDADE? IN: Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. **Interseccionalidade** - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CRUZ, Paula Beatriz de Souza. YORK, Sara Wagner. O corpo trans na educação e a luta anti LGBTfóbica. IN: YORK, Sara Wagner. SILVA, Sérgio Luiz Batista da Silva. NOLASCO, Leonardo. (org) **Gênero e sexualidade na educação: uma perspectiva interseccional**. DEVIRES, 1.e.d. 2023. p. 71-90.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994, pp.206-242.

DORNELLES, Priscila Gomes; Dal'Igna, Maria Cláudia. **Gênero, sexualidade e idade**: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. *Educ. Pesqui.* 41 (spe), Dez 2015, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508142508> Acesso: 10/11/2023

FERRARI, Anderson Ferrari. Estranhos... Abjetos... Cobiçados... Construídos: corpos, desejos e educação. **Educ. Pesqui.** 41 (spe), Dez 2015, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508143139>. Acesso: 10/11/2023

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; Coronel, Márcia Cristiane Völz Klumb. Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd. **Educ. Pesqui.** 43 (3), Jul-Sep 2017, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201707159961>. Acesso: 10/11/2023

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FRIEDLANDER, M. R., & Arbués-Moreira, M. T. (2007). Análise de um trabalho científico: um exercício. **Revista Brasileira De Enfermagem**, 60(5), 573–578. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672007000500017>. Acesso: 10/11/2023.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. IN: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e**

sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67 a 82.

FURLANI, Jimena. A narrativa da “ideologia de gênero” Impactos na educação brasileira e nas políticas de identidade. IN: SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. **Educação, gênero e sexualidade**: (Im) pertinências. Editora Vozes, 2022, p. 335 - 361.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. DOCÊNCIA E CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Psicol. Soc.** 27

60

(03), Dez 2015. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p558>
Acesso: 10/11/2023

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora. 2007

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOMES, R. A. Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-80

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LIMA, T. (2020). Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, 1(77), 70-87. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>. Acesso: 10/11/2023

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

_____, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Léxico crítico-analítico em currículo e formação: concepções e termos referenciados na poiesis e na práxis curricular**. CRV, 2020.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. IN: LOURO,

Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11 a 30.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das Travestilidades. 2. e.d.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2023

PORTELA, Poema Eurístenes. JÚNIOR João Feres. **Pessoas trans nas universidades federais do Brasil**. GEMMA. 24, fev. 2021. Disponível em:

61

<https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/>. Acesso: 10/11/2023

RIBEIRO, J. R. SUBALTERNIDADE E OPRESSÃO SOCIORACIAL: questões para a historiografia da educação latino-americana. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 23(1), e283. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e283> Acesso: 10/11/2023

SÁ-SILVA, J. R. Discursos sobre o corpo feminino e o corpo masculino em livros didáticos de ciências do ensino fundamental e biologia do ensino médio utilizados em escolas públicas de São Luís – MA: uma análise documental a partir dos estudos culturais em educação. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, 17(29), 329–354. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v17i29.764>. Acesso: 10/11/2023

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Camila da. **Erika Hilton propõe cotas para pessoas trans nas universidades federais: 'É um resgate da cidadania'**... Carta Capital. 18. jul, 2023. Disponível:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/erika-hilton-propoe-cotas-para-pessoas-trans-nas-universidades-federais-e-um-resgate-da-cidadania/> Acesso em: 26, set. 2023.

YORK, Sara Wagner. NOLASCO, Leonardo. Escola para todas, todes, todxs e todos: uma conversa preliminar sobre gêneros e sexualidades. IN: YORK, Sara Wagner. SILVA, Sérgio Luiz Batista da Silva. NOLASCO, Leonardo. (org) **Gênero e sexualidade na educação: uma perspectiva interseccional**. BA: DEVIRES, 1.e.d. .2023. p. 15-27.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM?** Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.